



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2022

Ata n.º 07

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de Abril, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 14-03-2022;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2021 do Estatuto do Direito de Oposição; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;----

PONTO CINCO: Discussão e deliberação da votação referente ao ponto n.º8 da Ordem do Dia da sessão extraordinária de 14-03-2022; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano 2021; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2021, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea q) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de desvio de caminho público - Malhão; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à Alteração do Plano Diretor Municipal de Albufeira; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal "Centro de Formação e Escola Profissional para o Sector Marítimo e Portuário", na antiga fábrica da FACEAL; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à emissão de Parecer Circunstanciado e Fundamentado para Aquisição do Estatuto de Utilidade Pública - PRAVI; -----



PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, do Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal à Instalação de Parque Fotovoltaico de Autoconsumo de Energia Solar no Parque Temático do Zoomarine;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo Final de Transferência de Competências no âmbito das áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária;-----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - João Ruaça e o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estevão. -----

Faltas: Raul Ferreira, Helena Simões e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carlos Gabriel e José Estevão.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia deu início à sessão informando a ausência provisória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e convidando a deputada Inês Mendonça para a Mesa para secretariar também provisoriamente. Informou ainda que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Daniel Saúde: “Boa noite a todos, queria deixar uma atenção, porquê que a Câmara Municipal não responde aos emails que lhe são solicitados sobre o assunto do fornecimento de água aos proprietários do aldeamento turístico Ponta Grande? A segunda questão, porquê que a todos os proprietários que pediram o fornecimento e



abastecimento de água lhes solicitaram uma ata? E porquê que à empresa Dequattro não lhe foi solicitada uma ata para ter um contador num espaço comum que é da entidade condomínio, que é de todos os proprietários? E porquê que a Câmara tem dois pesos e duas medidas nesta atitude? Peço também à Vereadora, que lhe foi enviado um número muito grande de emails e nunca respondeu nem enviou relatório da inspeção ao local? E eu quero saber se realmente existiu mesmo uma inspeção ao local e que nos seja enviado o relatório, tal como os nossos emails solicitam."-----

Luis Jorge: "Boa noite, venho fazer uma questão relativamente a uma coisa que tenho ouvido falar de muitos munícipes, relativamente ao mercado dos Calijos, que foi encerrado. A minha questão é se já se arranjou solução alternativa para a feira dos Calijos, porque tem sido uma questão que tem muita gente falado sobre isso. Outra pergunta, que tenho ouvido em Paderne, parece que a obra dos quarenta fogos esteve parada algum tempo e queria saber se havia alguma questão sobre isso? Esteve três ou quatro semanas, questionar se há algum problema na entrega das casas, se há algum atraso por alguma razão específica?"-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, vou começar pelo senhor Luis Jorge, relativamente à feira dos Calijos, foi suspensa daquele sítio onde estava a ser efetuada, porque o dono do terreno legitimamente, naturalmente, necessita do terreno. Era um empréstimo que o empresário fazia à Câmara Municipal já há alguns anos. Já temos dois locais previstos, estamos a tentar escolher o melhor para que possamos continuar com o mercado quinzenal. Isso está em vias de ser reativado. Relativamente aos quarenta fogos que tiveram parados, foi uma questão de pormenor, não houve nada de especial, o concurso está a evoluir, o equipamento está a ser adquirido, algum já está por lá, penso eu, nas últimas semanas não tive oportunidade de estar mais a par. De qualquer maneira peço que a Vereadora Cláudia, como tem esta responsabilidade da habitação poça complementar aquilo que disse. Relativamente ao senhor Daniel Saúde, a Vereadora Cláudia pode complementar aquilo que vou dizer, acho estranho que a Câmara Municipal, que dentro das mesmas condições haja dois pesos e duas medidas, evidentemente que isso não é legítimo, desde que sejam as mesmas condições, que às vezes as condições não são bem iguais e estamos a comparar coisas que não são comparáveis. Se bem que aqui não posso precisar porque falta-me pormenor e só espero situação igual tratamento igual."-----



Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite, relativamente à questão que foi colocada pelos fogos de Paderne, realmente houve uma paragem porque houve uns acertos com uma questão para finalizar as infraestruturas relativamente à questão do gás e coincidiu com a revisão de preços que é obrigatório por lei e foi feita a paragem e o reinício da obra. Relativamente à segunda questão do senhor Daniel Saúde, é um prazer tê-lo aqui novamente, têm sido frequentes as nossas conversas durante estes últimos meses, foram bastantes e o suficiente. Para responder à sua questão, efetivamente é verdade, foram muitos os emails, que resultaram na resposta a um, que está compilado nestes documentos todos, que é o resultado do trabalho que tem sido efetuado em conjunto entre a parte urbanística e a Divisão de Águas. Portanto, a resposta está aqui, os emails são todos com a mesma questão durante este período e foi respondido ao longo deste tempo com reuniões. Com reuniões com o senhor Daniel Saúde, com reuniões com o seu advogado Paulo Garcês, muitas das vezes vieram aqui à Câmara mesmo sem marcar e que nós tivemos a gentileza de os atender, a si, ao seu advogado, uma das vezes até estive o nosso jurista na reunião e culminou na resposta, que foi enviado um ofício com o resultado, dois pareceres jurídicos e com a descrição da inspeção técnica que foi feita pelo serviço de águas, também está compilada no documento que foi entregue. Para salientar, que esta situação é uma situação complexa, este contador do Ponta Grande tem cerca de vinte anos, é um contador que está atribuído a uma unidade que tem uma licença para utilização turística, a partir daí o nosso cliente é essa empresa, é uma questão que foi analisada e vem de encontro às solicitações de algumas frações daquele empreendimento, em que as pessoas efetivamente queriam contadores individuais. Por estarmos a tentar esmiuçar ao pormenor, para ver se existiria, de acordo com a lei, alguma possibilidade de se concretizar esse pedido, é que tem levado algum tempo e tem sido estudado, tanto pela parte do urbanismo, como pela parte das águas e saneamento."-----

Daniel Saúde: "Tenho que responder porque há situações que não estão corretas, as variadíssimas vezes que viemos cá sem marcar, viemos porque não havia uma resposta aos vários emails, como eu disse, muitos, mesmo muitos. O contrato de água, este senhor tem dois contratos de água, a Dequattro e um proprietário lá não tem um? E é tão proprietário como é a Dequattro, que são ambos condóminos, com a mesma licença de utilização. Acho que disse tudo, acho que a Dra. Cláudia e não me leve a mal o que vou dizer, está no lugar errado, porque não diz a verdade." -----



Vereadora Cláudia Guedelha: "Sobre esta questão acho que não tenho muito a dizer, relativamente à opinião do senhor Daniel Saúde não me compete a mim avaliar ou responder, a minha única missão aqui, enquanto responsável pelas águas e saneamento é única e exclusivamente ir de encontro ao solicitado pelos munícipes. Neste caso, o que foi pedido e o que todos os emails dizem é que efetivamente há intenção por parte dos proprietários, penso que são sete, de terem o contador individual, o que diz justamente na conclusão dos dois pareceres jurídicos, é que há esta licença turística e volto a dizer, o que andamos a tentar ver, em conjunto com várias reuniões, foi para esmiuçar todos os pormenores e ver se efetivamente existiria essa possibilidade ou não. Foi por isso que foi feito este trabalho exaustivo, as respostas aos emails, volto a salientar, os emails são os mesmos, foi tudo respondido pessoalmente e todas as reuniões que aconteceram foi explicado o porquê de ainda não termos respondido a emails que efetivamente não tínhamos respostas técnicas que fosse de encontro ao que era solicitado." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Primeira Secretária da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Inês Mendonça: "Boa noite a todos, sabemos da existência de um abaixo-assinado por parte dos funcionários desta autarquia, apresentado no decurso deste mês, devido às alterações do horário de trabalho dos mesmos. Com esta alteração de horário de trabalho a meio do ano letivo, o que acontece é que há trabalhadores que ficam sem ter onde deixar os seus filhos, isto porque no início do presente ano letivo o horário dos trabalhadores desta autarquia era compatível com o horário dos seus filhos, dos seus dependentes e por essa razão não os inscreveram nos centros de atividade, tempos livres, equipamentos geridos pela autarquia, nem no prolongamento dos jardins de infâncias, equipamento geridos igualmente pela autarquia. As questões que coloco ao Senhor Presidente são as seguintes: está a autarquia a esgotar todas as hipóteses, tais como trabalhar com equipas em espelho, fazer jornada contínua porque isso é importante, o horário de funcionamento da Câmara até às dezassete horas, sem que esta mudança de horário deixe os funcionários sem opções? Outra questão é, tem a autarquia dado resposta a todos os pedidos que têm sido realizados pelos funcionários para continuar no horário anterior? Tem essa resposta sido dada por parte da



autarquia de forma atempada, isto é, nos trinta dias úteis, como prevê a lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze de vinte de junho? Terminando dizendo o seguinte, defender o bem-estar dos funcionários é defender sempre uma melhor prestação de serviço aos munícipes." -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, tenho três questões, a primeira é assunto recorrente e notório entre a população nas redes sociais, que é o meio privilegiado, que diariamente publica e manifesta indignação pela falta e pelo estado em que se encontram as nossas ruas e os nossos espaços públicos, cheios de ervas e a evidente falta de limpeza, o que nos entristece. Afinal, o que se passa com a deservagem e com a limpeza das ruas de Albufeira e do concelho? A monda térmica que o município adquiriu serve para quê? Onde está? Funciona, não funciona? Há pouco dias estive numa outra cidade, também no Algarve, Tavira e tive gosto em visitar aquela cidade, estava manifestamente e notoriamente limpa, não tinha ervas, não tinha lixo, as ruas estavam perfeitamente cuidadas e deu gosto ir lá. Entristece-me que a nossa cidade, que o nosso concelho esteja nesta situação. Peço aqui que este assunto seja rapidamente resolvido, porque efetivamente não é bonito. Segunda questão, outro assunto que também nos preocupa, quase que angustia é a falta de médicos de família, de enfermeiros e outros profissionais no Centro de Saúde e naturalmente nas extensões das freguesias, que compromete a garantia da autarquia no zelar e providenciar os cuidados de saúde básicos dos munícipes. Questiono o executivo, que medidas estão a ser pensadas para colmatar estas precariedades? Questão número três, com o aproximar da época de verão, verificamos ano após ano que o turista que nos visita não nos trás nem boa reputação nem bom nome. Assistimos diariamente a episódios de confusão noturna, excesso de álcool, falta de segurança, venda de droga à descarada, o que naturalmente nos desagrada. Quando pensam, efetivamente cumprir a promessa bandeira de todas as forças políticas que se apresentaram às eleições na última campanha autárquica? Quando pensam cumprir essa promessa, em apostar na promoção de Albufeira como um verdadeiro destino de emoções?" -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, nós precisávamos e queria pedir a esta Assembleia que providenciasse isso nas futuras reuniões, de uma mesa para colocar aqui, porque eu, na próxima intervenção venho com uma série de papelada e depois é complicado para ver as coisas. Portanto eu pedia, não custa nada, já que não temos melhores condições, pelo menos uma mesa para colocarmos aqui os papéis e conseguirmos



trabalhar e verificar as informações da melhor forma. Queria fazer um alerta acerca daquela estrada em Paderne, que vem dos Matos até ao Purgatório, foi repavimentada há cerca de dois meses e neste momento está cheio de buracos, nós andamos ali parece um carrocel. Já foi repavimentado novamente e aquilo está a abater de uma forma estranha, não sei que tipo de obra foi feita ali, mas foi muito mal feita e pedia o favor de verificarem isso, e verem junto da entidade o que se está a passar ali. Completar a questão das ervas que a colega deputada Carla Vieira falou, é importante que se tome medidas rapidamente, porque estamos a entrar na altura do calor e há lugares em que há ervas quase até à cintura e isto trás carraças, pulgas, chumbinhos e é muito perigoso, não só para os animais, como as pessoas, crianças. É urgente que se veja isso, porque eu também sou bombardeada com fotografias de autênticos matagais por aí fora e é preciso tomar conta dessa situação." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite, começo por dar os parabéns aos Presidentes das juntas de Freguesia da Guia, Paderne e de Albufeira e Olhos de Água, pelos eventos realizados durante o período da Páscoa, como a "Prova do Folar da Guia", a "Mostra do Folar em Paderne" e o "Sea Fast" em Albufeira. Foram eventos com muito sucesso que ajudaram empresas e comerciantes locais a promover as suas atividades e é de louvar estas iniciativas e espero que no futuro se continue a apostar neste tipo de eventos. Dar também os parabéns à Divisão de Educação e aos seus técnicos pelo projeto "Brincar Seguro correndo riscos", este projeto é uma mais-valia, para promover a atividade física nas crianças. Por este motivo, proponho à Senhora Vereadora da Educação e à Divisão de Educação para realizar este projeto nas freguesias da Guia, Ferreiras e Paderne, visto que o mesmo projeto já foi realizado na freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Para finalizar, quero dar os parabéns à equipa do Museu Municipal de Arqueologia, pelo excelente documentário sobre a história do Castelo de Paderne, no entanto, só falta implementar um horário mais apropriado para a abertura das portas do Castelo, visto que a única alteração que fizeram após a minha intervenção na última sessão da Assembleia foi abrirem quarta-feira à tarde. A minha pergunta é, na sequência do vídeo promocional sobre a história do Castelo de Paderne não faria mais sentido abrir para visitas em dias e horários mais alargados?" -----

Silvia Dias: "Boa noite, existe uma infraestrutura inaugurada no último dia da cidade, dia 20 de Agosto de dois mil e vinte e um, o Jardim dos Sentidos da Guia, que foi um projeto muito bem-vindo à freguesia da Guia, mas que está a funcionar incompleto,



porque os brinquedos que lá existem, a rega, não está a funcionar, necessita de energia elétrica para aquele equipamento funcionar em pleno. A bancada do Partido Socialista questiona, se vão ativar o contador da luz, para podermos ter rega automática e quando ativar essa luz? A Câmara está a pensar em passar a gestão daquele equipamento para a Junta de Freguesia quando?" -----

Domingos Coelho: "Boa noite, o Partido Socialista vem apresentar um pedido por escrito, presumo que o Senhor Presidente não poderá responder agora, mas entrego por escrito e solicita-se que faça o ponto de situação na próxima reunião. (Doc. n.º1 anexo a esta ata) -----

Carlos Gabriel: "Boa noite, Dr.º Francisco Oliveira ainda não chegou mas já que anda pelo nosso Governo se por acaso o Governo conseguisse fazer a ligação da N125 de Albufeira ao Guerreiro já cá estava presente connosco. Aproveito para pedir para fazer um forcing para acabar aquele bocadinho de estrada, que são quinhentos metros e este Governo tem de acabar isto."-----

Presidente da Assembleia: "Só para responder ao senhor deputado Carlos Gabriel. Ainda não cheguei à portagem, mas passo já a adiantar que caso tivesse já acabado esse bocadinho de estrada ainda não tinha chegado a Albufeira. Quando chegar responderei á sua questão" -----

Carlos Gabriel: "Outro assunto que me trás aqui, são as linhas de fibra ótica, não sei se alguém já reparou, em todas as nossas ruas, em zonas de aldeamentos que tem as infraestruturas enterradas apareceram agora paus, uns direitos outros inclinados com os PDO's agarrados ao pau, aquela caixa onde tem ligações que dá para cento e tal linhas de telefone. Nós temos muitos aldeamentos no concelho com as infraestruturas todas enterradas, porquê aparecer agora infraestruturas aéreas com paus antigos da Telecom? Por exemplo, Presidente da Junta da Guia, quando entra de Vale Parra para a Guia sobre os semáforos não tem mais infraestruturas nenhuma aéreas, mas entretanto, nos CTT, tem um molhe de fios da fibra ótica por cima dos semáforos e na rua em frente do cruzamento. Quando vamos da Marina para São Rafael, há muitos exemplos para dar neste concelho, as infraestruturas todas enterradas, ao nosso lado direito temos um estendal de fios direito a São Rafael e quando chegamos à curva para São Rafael, cuidado com aquilo. No aldeamento onde moro, na praia da Coelha tem todas as infraestruturas enterradas. Pedi fibra ótica, chegaram lá e iam meter os paus pelo passeio for, não autorizei. Andei-lhes a ensinar onde estavam as caixas do



aldeamento para pôr os fios do telefone, assim o fizeram e tenho os fios enterrados. Apanharam-me distraído e puseram na caixa que está à frente da minha vivenda um pau e meteram os fios para as outras vivendas todas à volta. Digo aqui e assumo, passaram com um fio por cima do meu lote, agarrei numa tesoura e cortei. Voltaram a pô-lo, voltei a cortar, não tenho problema nenhum em dizê-lo e até aconselho toda a gente que o faça, porque sem autorização do proprietário não têm nada de entrar inclusive lá dentro e passarem fios por cima dos nossos lotes. Para terminar, se se deslocarem à praia da Galé, naquela estrada, vai abrir um hotel no Castelo. Fiquei agradavelmente surpreendido quando vi uma máquina a abrir um roço no passeio, pensei vão finalmente pôr os cabos elétricos dos candeeiros que aqui falta enterrados. E assim o fizeram, rapidamente, os candeeiros iguais aos que existem em toda a via a funcionar. E para minha surpresa começaram a funcionar os novos e os velhos ao mesmo tempo, e para surpresa maior, calcetaram todo o passeio. Ou seja, neste momento temos um passeio perfeitamente calcetado com dois tipos de candeeiros, um de cimento e outro metálico, os dois a funcionar, uns com os cabos enterrados e outros com os cabos aéreos. Haja alguém que tome conta destas pessoas que vêm trabalhar para o nosso concelho, desde Telecom, redes elétricas, isto não é assim, eles têm de nos respeitar, na minha casa entra quem eu deixo entrar e faz aquilo que eu deixo fazer. O concelho é nosso, respeitem-nos e não deixem fazer estas barbaridades." ----

Luna Silva: "Boa noite, nas passadas assembleias municipais realizadas nos dias vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, vinte e um de fevereiro, catorze de março de dois mil e vinte e dois foi solicitado pela deputada do partido CHEGA, nas suas intervenções o envio em tempo oportuno dos seguintes documentos: primeiro, o caderno de encargos do contrato celebrado com a empresa Blachere Portugal, comércio de iluminação limitada, da instalação de iluminação de Natal dois mil e vinte e um, no concelho de Albufeira, de forma a analisar a fórmula prevista de penalidade no valor de noventa e cinco mil quatrocentos e quinze euros oitenta e sete cêntimos, aplicado pela Câmara Municipal pelo incumprimento contratual da empresa contratada. Segundo, os últimos relatórios entregues à entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, terceiro, o caderno de encargos da obra de remodelação da Rua do Pacifico, do contrato celebrado com a empresa Hidralgar, equipamentos eletrodomésticos, sociedade anónima, no valor de quinhentos e vinte e oito duzentos e setenta e um euros e vinte e dois cêntimos. O protocolo e a adenda do projeto de



obras destinado à reabilitação das instalações do Posto Territorial de GNR de Olhos de Água. Por fim, comprovativo da atividade da associação Amigos de Angola desde o ano dois mil e dezanove, que por coincidência recebi mesmo antes do início desta Assembleia. Na passada Assembleia Municipal de catorze de março, a deputada do CHEGA entregou a esta Mesa um requerimento dirigido ao Senhor Presidente onde mais uma vez foi solicitado o envio da documentação. Acontece que até hoje ainda nada chegou, até hoje esta deputada não recebeu um único documento, uma única resposta, um único esclarecimento por parte da Câmara, quer escrito, quer verbal. A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município, é o órgão que acompanha e fiscaliza a atividade da Câmara Municipal e a lei é clara e a lei é soberana. Rege a lei número cinco A barra dois mil e dois que compete ao Presidente da Câmara responder no prazo máximo de quinze dias prorrogável por igual período desde que fundamentado aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal. Remeter à Assembleia Municipal toda a documentação designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo os respeitantes às fundações e empresas municipais, quando existam, indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva. A falta deste cumprimento é de lamentar e mostra o total desrespeito, não só a esta deputada do CHEGA, mas a todos os albufeirenses que trabalham e pagam os seus impostos e que têm todo o direito de saber onde é empregue o dinheiro do município. É um não cumprimento do estipulado na lei, é a violação de uma norma legal, interrogo-me porquê? Contudo e não obstante esta falta de colaboração, irei dar os passos necessários a fim de cumprir as minhas obrigações e dignificar a minha posição como deputada municipal. Brevemente serão entregues aos deputados municipais desta Assembleia um cartão de identificação que servirá para que os deputados se desloquem a qualquer edifício da Câmara, Associação, Fundação, Empresas, Instituições e outras entidades, a fim de devidamente identificados poderem consultar qualquer documentação e colocar as perguntas que considerem necessárias e pertinentes. Irei fazer uso do meu cartão de identificação e deslocar-me-ei a qualquer local a fim de desempenhar e executar as competências deste cargo político. Esta será a minha posição. Senhor Presidente, esta é a casa da democracia, não aceito nem irei permitir que me sejam vedadas ou obstruídas as minhas funções como deputada municipal que assumi e que honro. Assim termino e peço de forma



assertiva, mais uma vez que me sejam remetidas no prazo legal os documentos que solicitei."-----

Carlos Quintino: "Boa noite digníssima Assembleia, eu dividiria a minha intervenção em três pontos. O primeiro ponto gostaria de enaltecer as iniciativas que foram tomadas pelas juntas de freguesia aquando da Páscoa, todas elas que foram realizadas, sem exceção, mas não poderia deixar de destacar aquilo que foi o "Sea Fast", que foi realizado na Praia dos Pescadores e que juntou artistas do concelho, famílias do concelho e conseguimos durante esses dias, ver por ali muita gente que eu, pessoalmente, não via há muitos anos e certamente as pessoas que lá estiveram também tiveram esse sentimento. Independentemente de haver valor naquilo que são os eventos para as pessoas fora do nosso concelho, quando se faz um evento que é vocacionado para dentro há também que enaltecer isso e queria dar os parabéns à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e à Câmara Municipal, ao seu executivo, por essa excelente iniciativa. Gostaria também de trazer um tema que, certamente que nos é caro a todos, que tem a ver com o aproximar da época balnear, o aproximar daquilo que é a grande quantidade de pessoas que procuram Albufeira para passar as suas férias e sabendo de antemão que o executivo tem isso planeado e que o faz regularmente no início de cada verão, gostava de frisar que é extremamente importante nós termos os acessos às nossas praias que são o nosso cartão-de-visita bem tratados e bem organizados. Nesse sentido pediria ao executivo que tivesse em atenção essa parte, nomeadamente naquilo que são os passeios pedonais, o asfalto, aquilo que é a reorganização do estacionamento e da sinalização. Concretamente, no que diz respeito à praia da Oura, algo está para ser feito muito em breve, chamava a atenção para o acesso à praia da Oura e chamava a atenção para o acesso à praia da Falésia, não descurando todas as outras, queria aqui deixar essa nota. O meu último ponto prende-se com aquilo que é alguma disciplina, que vai sendo necessária na rua da Oura, é uma situação que todos nós temos conhecimento, todos nós de certa forma a vivemos, ou porque lá passamos, ainda esta tarde lá passei e aquilo da forma como está requer algum cuidado. Esta não é uma matéria de competência direta do município, mas este é o órgão máximo, portanto é aqui que tenho de fazer esse alerta. Faço esse alerta não diretamente ao executivo, faço às forças vivas da cidade, no sentido de todos em conjunto tentarmos dar ali aquela rua alguma reorganização e disciplina, nomeadamente naquilo que é a frequência enorme, brutal, de grandes grupos que



normalmente chegam à quinta ou sexta e vão embora no domingo e que causam alguns distúrbios, que afugentam famílias e que muitas das vezes têm ações que nenhum de nós era capaz de ter no país deles. Sendo este o órgão máximo do município, tenho de deixar aqui este alerta às forças vivas da cidade." -----

Domingos Coelho: "Antes de apresentar a minha proposta, fazer duas referências às intervenções anterior para corroborar o que está a acontecer em relação aos fios de fibra ótica. Eu também já tive na mesma situação que surgiu em volta da minha casa, em cinco casas passaram fios em cinco situações diferentes, se não tomarmos medidas qualquer dia isto parece uma favela por todo o concelho. Penso que é uma situação que a autarquia deve impor uma disciplina aos promotores, aos empreiteiros. Deixar o reconhecimento pela qualidade o evento "Sea Fast", também tive o prazer de reencontrar muita gente conhecida que há muito tempo não encontrava. A minha intervenção tem a ver com as comemorações do vinte e cinco de abril. Lamentar que não tenha tido a dignidade que eu esperaria e penso que se desejava, julgo que as freguesias de algum modo tentaram colmatar a falta de iniciativas do órgão concelhio, lembro-me que a junta de Ferreiras e de algum modo a da Guia teve um momento musical curto, mas significativo. O vinte e cinco de abril foi há quase cinquenta anos, evidente que muitos dos que participaram e assistiram estão a ficar um pouco mais velhos, mas os valores do vinte e cinco de abril são sempre jovens, imperativos e temos de continuar a pugnar pela sua efetividade. Não quero fazer uma lição de história, mas só para lembrar que um dos grandes objetivos do vinte e cinco de abril eram os chamados três D, que eram descolonizar, democratizar e desenvolver. O descolonizar implicava e implicou a paz, lembrar que tínhamos treze anos de guerra. Hoje temos a paz posta em causa na Europa, só para dizer como estes grandes objetivos são atuais. O outro era democratizar, o país fez o percurso que fez, criou as instituições, o estado de direito, as eleições, hoje essas estruturas no estado democrático também estão em causa, pela Europa, ou quase, pelo avanço das forças da extrema-direita e alguns casos neofascistas. O outro "D" era desenvolver, é sempre mais difícil e aquilo que ainda hoje pretendemos alcançar. Isto para chegar ao ponto de, sugerir e deixar um desafio para que se crie uma comissão concelhia para que se possam promover ações, eventos, para o próximo vinte e cinco de abril e principalmente para vinte e quatro com os cinquenta anos do vinte e cinco de abril. Penso que essa comissão concelhia, onde estariam representados os órgãos concelhios, a Câmara, a Assembleia,



as Juntas de Freguesia, mas também as escolas e os serviços camarários que poderiam dar um grande contributo, fazendo uma pesquisa, uma investigação, uma análise, de trabalhar essa informação para demonstrar de algum modo o que era o concelho há quase cinquenta anos, o que é o concelho hoje, como é que evoluiu do ponto de vista democrático, do ponto de vista económico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista das mentalidades. Penso que, juntando também as diferentes associações, porque se não festejarmos o vinte e cinco de abril, pelo menos nestes anos que se aproximam, julgo que vamos pecar por muita falta e por não sermos capazes de transmitir os valores do vinte e cinco de abril às gerações mais novas." -----

Presidente da Assembleia: "Quero pedir imensas desculpas pelo meu atraso, mas estive a cumprir outras missões, era necessário para a votação do orçamento, não fosse faltar alguém e depois não passasse. Senão teríamos outras eleições daqui a não sei quanto tempo e iríamos atrasar. Na verdade, bom ou mau, precisamos de um orçamento e precisamos efetivamente que as coisas avancem. Mas vim a ouvir as vossas intervenções." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite, parabéns pelo orçamento que finalmente está aprovado, o país precisa do orçamento, ao fim de seis meses, mas as condições são o que são e são consequência da democracia. Respondendo às questões que foram levantadas, algumas foram afirmações e sobre afirmações não vou tecer muitos comentários, só sobre questões. A deputada Inês Mendonça falou na questão do abaixo-assinado dos funcionários, não está aqui em causa o abaixo-assinado, o valor de uma pessoa é o mesmo valor de quinhentas ou mil, o que interessa é que relativamente à questão dos horários, da jornada contínua, do horário flexível, nada é estático, isto vai sendo dinâmico. Os serviços, da parte do pessoal estão a analisar e cada caso é um caso, há situações que justificam ter a jornada contínua ou ter o horário flexível, nós temos de olhar, como disse e bem, para o bem-estar do colaborador, mas também temos de olhar para a gestão diária, para a rentabilidade, para o produto final da organização, a instituição Câmara Municipal, independentemente de ser um dos objetivos ter os seus funcionários a trabalhar de uma forma motivada, isso é o que importa e em situação de bem-estar, teoricamente aumentar-se-á a produtividade e se isso acontecer o problema não está na questão do problema de horário. O problema está em que a justiça de alguns casos, cada caso será um caso, diferente dos outros, falou de casos que já tinham o ano letivo programado, é um caso a analisar, os recursos



humanos e a vereadora irão com certeza avaliar isso. Fica essa promessa, para essa avaliação. Relativamente à Carla Vieira, falou na deservagem, faço lembrar que a deservagem dos passeios e estradas e uma percentagem à volta do caminho à volta do passeio são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, tudo o resto é da Câmara, mas essa parte é da Junta. A monda térmica, pelo que sei está no cemitério em funções. Relativamente à falta de médicos de família e enfermeiros no centro de saúde, isso é uma das responsabilidades do Ministério da Saúde, não deixa porém, de ser importante fazer uma petição escrita por parte da Câmara Municipal, eu próprio irei fazer um ofício para a Senhora Ministra da Educação, para tomar conta deste assunto. A par disso, a questão da segurança, tenho tido várias conversas com os membros da GNR, que o pessoal é muito pouco, para os problemas todos que tem Albufeira. Até ao mês de Março é uma Albufeira e a partir do mês de Maio é outra Albufeira. Merece e carece de muita força de segurança a trabalhar, porque o município não é responsável por aí, poderá ajudar na colocação esperada e dentro de pouco tempo será uma realidade, a videovigilância, que vai persuadir determinado tipo de comportamentos humanos e outros aspetos que estamos atentos a essa parte. Irei pedir uma reunião com o Senhor Secretário de estado da Administração Interna e daí respondo à questão do quartel da GNR nos Olhos de Água, que já é uma situação extremamente atrasada. Assinei um protocolo entre a Secretaria de Estado e a Câmara Municipal, embora a responsabilidade total devesse ser do Ministério da Administração Interna, mas a Câmara abarcou com a efetivação e a realização dos custos dos projetos, quer de arquiteturas quer de especialidades, que tem sido extremamente difícil, cada vez que há uma proposta de projeto do arquiteto que ganhou o concurso, há sempre alguma alteração, ou é uma janela que deveria estar aqui e está além, volta tudo quase ao princípio, tem sido um problema, note-se que a Secretária de Estado é a mesma e já passou quatro anos antes, é a Dra Isabel Oneto, que dentro de poucos dias irei solicitar uma reunião para levantar dois tipos de problemas, a segurança em Albufeira no verão deverá ser profundamente reforçado com meios materiais mas também de formação, não apenas estagiários, porque os estagiários podem ajudar muito mas têm de ser devidamente enquadrados e Albufeira é um local que no verão não é relativamente fácil. Evidentemente que Albufeira não é só rua da Oura, nem só o sítio onde há problemas, todos as cidades e temos visto nos últimos dias, há problemas quase em todo o lado. Não é digno que Albufeira seja



sempre chamada pelos piores nomes, vi há pouco uma reportagem da SIC, em que mostra o edifício da Câmara de Albufeira, talvez por ser diferente, para tornar paralelo uma questão que não se passou aqui, que alguém em Setúbal tentou tirar umas afirmações entre o acolhimento de refugiados ucranianos por uma pessoa russa e a pessoa falou no concelho de Albufeira. Ainda há pouco falei com o Senhor Presidente da Associação de Ucranianos, Alegria do Leste, o Senhor Padre André e ele confirmou que não há problemas absolutamente nenhuns, a Câmara não tem esse problema exterior. Isto só para dizer que o próprio canal de televisão, apareceu logo o edifício da Câmara. Isso é uma preocupação grande, para nós que vivemos em Albufeira e somos responsáveis por Albufeira, é a questão da segurança. Mas Albufeira tem turismo diverso, tem turismo de várias idades, várias estirpes, também temos muitos hotéis cinco estrelas e ainda bem. A Carla Madeira falou na mesa junto ao microfone, temos de ver junto com o Senhor Presidente da Assembleia ver qual é o melhor processo para resolver esse problema, mas penso que o local onde funciona a Assembleia acho que é digno de funcionamento, poderá faltar um pormenor ou outro. Relativamente à questão da estrada dos Matos para o Purgatório, penso que o engenheiro Batalha estará presente na sala, ele próprio tem esta responsabilidade no seu departamento e irá no imediato, e peço a todos os diretores, que quando isso fica dito aqui publicamente, quando qualquer coisa se passa, eu sugiro e determino que eles venham à Assembleia Municipal, precisamente para tomarem conta das ocorrências e de imediato resolverem determinadas situações que têm solução imediata. Senão parece que ficamos com a ideia que não temos vontade de resolver os problemas existentes. Portanto o engenheiro Batalha irá ver o que se passa com o saneamento e consequente pavimentação. A Mónica Coimbra falou dos horários do Castelo, é uma verdade, tendo um Castelo e tendo um vídeo extremamente interessante e digno e motivador para que se visite o Castelo, logicamente a consequência não é muito boa porque o número de horas que o Castelo está aberto não condiz com a qualidade do vídeo e com o chamariz que o vídeo pode ser. A Silvia dias falou na questão do Jardim dos Sentidos, na Guia, que garantidamente irei tomar conta do assunto relativamente à questão da iluminação e da água, que já tinha ouvido uma pequena conversa antes de entrar no retiro hospitalar, mas penso que isso vai ser resolvido dentro de pouco tempo. O Domingos falou que quer uma resposta por escrito relativamente ao acordo celebrado, na próxima reunião ou antes terá essa missiva nas vossas mãos, tudo o que



tiver feito, o que ainda não foi feito e o que se prevê, e o que é possível fazer de imediato ou não. Relativamente à fibra ótica, penso que é um grave problema, uma vez mais chamo a atenção do engenheiro Batalha, para que se possa fazer de imediato uma carta que irei assinar na próxima semana para a administração da Altice, para que se encontre uma solução, porque não dignifica absolutamente nada ver cabos pendurados, para um destino turístico não fica bem. A questão dos dois tipos de postes junto ao hotel, obviamente que isso é passageiro, considero que colocaram uns e ainda não arrancaram os outros, mas isso é uma responsabilidade da EDP. A Luna Silva falou na questão do envio dos documentos, vou imediatamente verificar isso e uma vez mais peço ao engenheiro Batalha para coordenar isto, que quase todos os documentos são das suas áreas, de empreitadas e prestação de serviços da área correspondente. O senhor deputado Carlos Quintino falou na questão dos acessos às praias, quero lembrar que temos projetos que penso que estejam praticamente todos terminados, os acessos e a requalificação dos estacionamento a todas as praias, claro que isso não será possível tendo em conta as situações que vamos acartando. O Domingos Coelho falou também da fibra ótica, é uma verdade e relativamente às comemorações do vinte e cinco de abril, penso que é importante, mas no próximo ano acho que é interessante haver uma comissão. Mas também faço lembrar que o vinte e cinco de abril, que assinalamos este ano não ficou apenas confinado ao dia vinte e cinco e vinte e quatro, mas a vários dias com uma exposição, uma conferência, várias coisas que foram ocorrendo. Evidentemente que os conteúdos podem ser muito mais substanciais, mais ligeiros, mais diversos, podem se mais amplos em termos de pluralidade geográfica e de conteúdo. Acho que é positiva a sua sugestão relativamente à comissão, um dia havemos de falar nisso e não podemos tardar muito. Penso que respondi de uma forma geral às questões que foram levantadas."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, ouvi aqui que era necessário transpor para os alunos a questão que é o vinte e cinco de abril, eu lembro que a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, completando um pouco a atividade que foi praticamente só aqui nos paços do concelho, nós fizemos o seguinte, convidamos uma turma do primeiro ciclo, claro que a turma foi preparada pela respetiva professora e os meninos subiram ao nosso palco e declamaram poemas feitos por eles, que foram os seguintes, "o meu amigo", "o que o meu coração diz", "Liberdade", "avida", "a guerra", "a liberdade voltou", "mais que emigrantes". Tivemos



também um momento musical com uma banda que cantou abril e tivemos como convidada que fez o seu discurso, D. Clarinda Veiga Pires que é da Associação do Vinte e Cinco de Abril de Lisboa. Ela esteve lá, explicou, penso que a nível de freguesia também contribuímos para que o vinte e cinco de abril fosse na nossa freguesia um bocadinho mais rico, envolvendo crianças, envolvendo bandas, Alma Lusa que cantou "abril" quase toda a tarde. Às vezes as pessoas esquecem-se daquilo que se faz aqui tão pertinho." -----

Carla Vieira: "Recordo o senhor Presidente que, administração central é Estado, administração local é Estado e nesse sentido o autarca tem a responsabilidade nos seus rócios que são definidos, os serviços mínimos que têm de ser assegurados, quer a nível da saúde, segurança e educação. E tem de acompanhar o crescimento do seu concelho, da sua comunidade e saber exigir à administração central o que ela própria definiu. Por outro lado, gostaria ainda de colocar uma outra questão, como é do conhecimento do senhor Presidente, existe um número muito reduzido de ambulâncias de emergência médica pré hospitalar, isto durante todo o ano, ainda mais deficitária no período de verão. Pergunto, se já está alguma coisa pensada neste sentido, para aumentar o número de ambulâncias disponíveis, para acorrer a situações de emergência. No sentido da minha exposição esperamos sinceramente que a posição do senhor Presidente seja firme, nestas matérias, porque efetivamente constituem direitos básicos legalmente tutelados de qualquer comunidade." -----

Carlos Vieira: "Boa noite, há bocado falamos sobre segurança, e há 2 aspetos importantes quando falamos em segurança e turismo. Um dos aspetos importantes é termos os conselhos a funcionar, Conselho de Segurança era necessário estar a funcionar e o Conselho do Turismo também era necessário estar a funcionar. Nesse sentido encontramos vários problemas e quando toca a parte da segurança pensamos sempre no efetivo que existe em termos de policiamento, GNR a nível do nosso concelho, mas não podemos esquecer, que os grandes problemas que acontecem e se saírem hoje daqui e foram até às ruas principais de Albufeira vão se deparar que os grandes problemas acontecem nesta altura de Abril e Maio e o reforço vem de facto em Junho. A projeção do reforço da GNR não está bem projetada, inclusive quando nós temos o reforço do corpo de intervenção da GNR só vem no verão e quando os grandes problemas, aqueles grupos trazem problemas com as despedidas de solteiros, são em grande número a partir do meio de março e a partir de junho até diminui, devido ao



restante turismo que começa a ocupar mais as instâncias hoteleiras, faz diminuir esse turismo mais agressivo. Era importante primeiro meter a funcionar o Conselho de Segurança e o Conselho de Turismo desta autarquia e depois começar a preparar e prever estas situações de uma forma mais abrangente e não vocacionarmos só que o verão é julho e agosto, porque não é. Estes problemas acontecem muito antecipadamente, principalmente nos meses de março e abril.” -----

Presidente da Câmara: “A Carla Vieira falou da questão da exigência com a GNR, já frisei isso, esta achega do deputado Carlos Vieira é muito importante, realmente é antes do verão que vêm aqueles grupos mais problemáticos, tem toda a razão e vou ter isso em conta. Relativamente à questão da saúde e das ambulâncias, como sabe temos duas ambulâncias do INEM em Albufeira, mas só está protocolada uma, uma fica a custos inteiros da Associação Humanitária. O concelho ao lado, segundo soube há dias tem quatro, por isso não é justo, há aqui uma grande injustiça, não deveria ser necessário andar a pedir, devia ser analisado por alguém de cima, mas de qualquer forma não vou descurar as minhas responsabilidades e vou pedir, porque o INEM depende do Ministério da Saúde, que a Ministra da Saúde me receba nesse sentido, não só a questão do INEM mas a questão dos profissionais para o centro de saúde, médicos e enfermeiros. O Carlos Vieira falou no Conselho de Segurança e Turismo, dentro de pouco tempo vou reunir estes dois órgãos, dentro do mês de maio irá acontecer.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: “Queria deixar uma nota sobre algo que foi colocado pela deputada Luna Silva, numa reunião de conferência de líderes eu dei indicação que já tinha falado com o Senhor Presidente sobre a criação de um cartão de membro da Assembleia Municipal, que nos permitisse o acesso não só aos serviços da Câmara Municipal mas também às entidades que são subsidiadas pela Câmara Municipal, com as quais nós temos relação e portanto permitindo-nos fazer essa mesma fiscalização, com identificação, uma vez que nós somos membros do órgão fiscalizador do município, naturalmente que isso nos dá acesso à documentação. Sabemos que há algumas limitações relativamente à proteção de dados, mas nós não queremos saber o nome das



peessoas nem determinadas situações privadas, mas tudo o que tenha a ver com contratos e tudo mais, naturalmente que os membros da Assembleia, para fazerem uma boa fiscalização devem ter acesso a essa mesma documentação. Vou desde já responder à questão que foi colocada quando vinha ainda em viagem, pelo deputado Carlos Gabriel. Esclareço que a minha chegada tardia se deveu ao facto de termos tido hoje oito horas de debate sobre o Orçamento de Estado e depois disso deparei-me com dois acidentes, um na ponte e outro em Campo de Ourique que acabaram por atrasar toda a viagem. Infelizmente não temos ainda este acesso como não temos também a outra parte da N125 entre Tavira e Vila Real de Santo António, porque independentemente de cores políticas, houve um governo que fez um determinado contrato com uma entidade concessionária e esse contrato não correu bem, houve a denúncia do contrato e essa denúncia do mesmo não foi bem entendida por parte da concessionária que recorreu ao tribunal. Neste momento a concessionaria e os Estado estão em tribunal para decidir se há pagamento ou não de indemnização. Enquanto não estiver decidido, e nós temos conhecimento que as coisas nos tribunais não andam com a celeridade que pretendemos, o processo está suspenso e as respetivas obras paradas. Queria entretanto deixar aqui como Presidente da Assembleia, não estou como deputado, tenho todo o gosto em responder às questões que dizem respeito à Assembleia, fora deste fórum, que se destina a deliberar sobre os assuntos do município, no entanto deixo aqui o meu email porque vamos entrar na discussão do orçamento, na especialidade, e caso pretendam podem sempre enviar propostas e soluções, ideias relativamente a Albufeira que podem remeter para o meu email para tentar junto das várias comissões que essas propostas possam ser discutidas. Sabemos que a introdução no Orçamento de Estado de determinada proposta não implica necessariamente que seja executada ou executada nos devidos termos. Deixarei assim, no final da Assembleia o meu email do parlamento e os senhores farão o favor de enviar as propostas que entenderem. " -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Antes de colocar as questões sugeria aos serviços que na compilação da documentação se fizessem uma repaginação, porque isto vem com a paginação dos serviços. Se tivesse uma paginação, se fizesse um documento todo, porque seria mais fácil manusear aqui, especialmente para a mesa. Fica a sugestão. Em relação à informação do senhor Presidente, gostava de levantar uma questão que tem a ver com o documento da divisão de planeamento e reabilitação urbana, na página três de doze deste serviço. É o ponto um três que remete para a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal. E no terceiro item, diz na cláusula segunda do contrato para aquisição dos serviços de elaboração da revisão do PDM, referente ao prazo de entrega, foram estabelecidos oito fases de entrega, encontrando-se concluídas as fases um a três, referente aos estudos de caracterização e diagnóstico. Sobre este ponto gostava de solicitar o relatório de diagnóstico, para que possamos ter acesso a esse relatório de diagnóstico, penso que não será necessário fazer o pedido por escrito, penso eu. Como se diz que já foram entregues as três fases das oito faltam cinco. Outra questão é qual o prazo previsto para que termine todos estes trabalhos do PDM? Depois ainda relativo à divisão de planeamento e reabilitação urbana, que na documentação deste serviço remete para a página dez, o ponto um nove, que diz acompanhamento dos trabalhos de elaboração do plano pormenor da unidade operativa de planeamento e gestão, elaboração a efetuar-se mediante a celebração de contrato para planeamento com José Manuel Martins Gonçalves, José Manuel Dias da Silva, Mário Dias da Silva e António Simões Vicente, depois a seguir não passa dos diferentes passos processuais, penso que os serviços aqui poderiam ser muito mais objetivos. A questão é, qual é o objeto que está aqui em causa? A pessoa olha para isto e o que é que está aqui em causa? É um empreendimento turístico? É uma requalificação? É uma estrada? Obvio que o funcionário que está a trabalhar nisto sabe bem o que é, para quem vai ler de uma forma sucinta, ponho a questão, qual é o objeto deste um ponto nove?"-----

Carla Vieira: "Tenho dois esclarecimentos a solicitar, confesso que não sei a quem me dirigir, porque isto é uma informação escrita do senhor Presidente, mas foi subscrita pelo senhor Vice-Presidente, porque o senhor Presidente estava ausente na data da elaboração deste documento. Contudo questiono, na página cinco da informação consta um apoio ao agrupamento de escolas de Albufeira, para a realização da prova de btt.



Que tipo de apoio é que foi prestado? O apoio que foi prestado é omissivo, enquanto nas outras atividades e apoios que foram dados a diversas associações, quer a outros agrupamentos de escolas, está lá devidamente referenciado e identificado o tipo de apoio que foi prestado. A segunda questão tem a ver com o evento dos prémios Sophia Estudante, que consta na página onze, constam dois quadros, dois valores diferentes e distintos, como o senhor Presidente explica o pagamento do ajuste direto destes valores, referente a despesas de alojamento e outro de locação de meios audiovisuais, quando se sabe que foi celebrado um protocolo em que já contemplava um orçamento onde estavam identificadas essas despesas?"-----

Carla Madeira: "Eu remetia para a página cinco, onde se fala que deliberou aprovar a atribuição de uma participação financeira no montante de cem mil euros à cooperativa Martrain. Vou falar disto porque é uma cooperativa que ficou com o direito de superfície da antiga fábrica Facel, e como me diz alguma coisa porque estou a morar em Paderne e tenho heranças genéticas de lá e não estou contra este projeto da Martrain, porque penso que todos os albufeirenses e especialmente os padernenses ficaram contentes quando se soube que a edilidade iria adquirir aquela fábrica que estava na falência e que dali poderiam vir grandes projetos e grandes estruturas para a aldeia, que precisa de desenvolvimento. A questão é que esta fábrica, se não estou em erro foi comprada em dois mil e nove, foi apresentado um projeto em dois mil e dezassete, um grandioso projeto de uma escola que iria fazer formações no que diz respeito ao mar. A verdade é que, em dois mil e oito a Câmara fez uma escritura de direito de superfície a esta empresa Martrain e cedeu-lhe gratuitamente por quarenta anos o espaço, são quarenta mil metros de área urbana e rústica para que pudessem desenvolver lá o projeto. Tem-se passado o tempo e não se conseguiu ver sair de lá nenhum projeto. Pelo menos, no que toca à população cá fora, não há ainda perceção de algum projeto que tenha sido ou que esteja a avançar. Em dois mil e dezanove está aqui uma aprovação em reunião de Câmara, de um apoio que foi dado a esta cooperativa de forma a que tivesse a possibilidade de libertar fundos a que se tinham candidatado na ordem dos três milhões, e que realmente seria um bom investimento para ali e a Câmara aprovou este apoio de duzentos mil euros e na altura da aprovação deliberou-se que deveria ser feito um cronograma das etapas de desenvolvimento deste projeto. Uma das questões que tenho é saber se realmente isto foi feito e se há alguma coisa que nós possamos ver e que possamos passar aos nossos munícipes, que está a passar-



se ali alguma coisa. O meu espanto agora, em março passado foi feito outro pedido de apoio, com mais cem mil euros, onde são evocadas as mesmas razões, que é necessário valores para disponibilizar os fundos e, foi disponibilizado esse valor, parece-me a mim, mas onde foi dito que este valor ia ser entregue mas que deveria ser nomeado um técnico e um vereador para acompanhar o desenvolvimento do projeto. A questão que quero fazer é, há um técnico e há um vereador a acompanhar este projeto? Quem é o técnico, quem é o vereador? Para que possamos estar a par do desenvolvimento daquele projeto? Outra questão é, até quando a gente vai levar a apoiar este projeto, eu não tenho nada contra o projeto, até acho que era uma mais-valia para ali, não só para Paderne, mas como para o concelho todo, aliás, não estamos contra o projeto, apenas queremos perceber o que está a ser feito. Além daquela fachada da casa dos proprietários que foi refeita e os placares vão mudando de vez em quando, é a única alteração que eu vejo ali, inclusive já pedi informações sobre os cursos há três meses e novamente a semana passada e até hoje não tive resposta de ninguém dali. Queria saber se alguém vive por aquelas zonas, se aquilo vai andar, o que é que se está a passar ali?" -----

Carlos Quintino: "Queria destacar algo de positivo, porque às vezes estas boas ações passam despercebidas e este órgão serve também para isso, tem a ver com algo que podem verificar como eu verifiquei na informação do senhor Presidente e que diz respeito a uma doação que foi feita por parte da senhora D. Maria de Jesus Bispo, de trinta e quatro peças de arte sacra e que passam essas peças a integrar no Museu Municipal de Albufeira. Queria deixar aqui esse destaque." -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de deixar uma nota ao senhor Presidente, reforçando um pedido da senhora deputada Luna Silva, sobre o facto de não ter ainda recebido a documentação pedida. Solicitava ao senhor Presidente que através dos serviços pudesse providenciar esta informação, com a indicação que um munícipe informado é um munícipe satisfeito. Se for informada a tempo, naturalmente estará satisfeita e os membros desta Assembleia, estarão também mais confortáveis." -----

Presidente da Câmara: "Muito obrigado por todas as intervenções, o deputado Domingos Coelho, sobre a questão da documentação, peço à senhora Vereadora Cláudia, que tem este pelouro, que faça com que os serviços de imediato lhe mandem essa documentação que lhe faz falta, porque é legítimo tê-la entre mãos. Relativamente à Carla Vieira, o tipo de apoio que foi dado ao agrupamento de escolas de Albufeira



relativamente à parte desportiva que frisou, penso eu que teria sido só logístico, mas posso verificar e depois responder, é uma resposta bastante fácil, mas aqui não tenho presente qual é a justificação, mas irei ver para poder responder. A Martrain é um projeto importante, estratégico, para a freguesia de Paderne e todo o concelho de Albufeira, tem tido várias vicissitudes, mas temos feito o possível e quase o impossível para que não se perca este processo. O terreno foi adquirido pela Faceal há bastantes anos, posteriormente veio a ser cedido por direito de superfície uma determinada parcela a uma determinada entidade, que é uma cooperativa de ensino, neste caso a Martrain. Essa cedência de direito de superfície foi de quarenta anos, chegou-se mais tarde à conclusão que faltava algum descritivo nessa escritura e teve de ser feita uma alteração da escritura desse direito de superfície. Veio à Assembleia Municipal para ser aprovada, a Câmara, salvo erro, em dois mil e dezanove participou com uma verba de duzentos mil euros e esses duzentos mil euros estão empregados lá, supomos agora que havia um problema e aquilo não ia para a frente, era imediatamente revertido a favor da Câmara e tudo aquilo que lá está, as benfeitorias, não apenas na fachada do edifício, mas em todo o interior, mandei fazer uma avaliação daquilo e ultrapassa em muito os duzentos mil euros. Relativamente aos últimos cem mil, foi uma petição da própria associação Martrain, que em reunião com a vereação chegamos à conclusão que seria realmente de se participar em cem mil euros, desde que ficando uma cláusula, como está na proposta de reverso do dinheiro quando o receberem dos fundos europeus, vai haver entrada de dinheiro, são quase três milhões de euros, já tem obra feita para poder levantar algum dinheiro, penso que dentro de pouco tempo vão começar a receber. Nesta reunião vai haver dois pontos de discussão e previsível aprovação para que tudo isto avance mais rapidamente. Mas tem sido extremamente difícil, estes cem mil euros vão reverter quando houver esse recebimento e o tal acompanhamento, irá ser feita uma proposta por mim para ir a reunião de Câmara, em que o acompanhamento vai ser superior a um vereador e a um técnico, vai ser um técnico de urbanismo, vai ser um técnico de obras, vai ser um membro do executivo e vai ser uma jurista para termos um conjunto de conhecimentos que possam acompanhar de perto, quer em termos físicos quer em termos de conteúdo, muito de perto a efetivação daquele importante projeto. O que estabeleci, como objetivo, era reunir com a direção da associação todos os meses, para fazer um balanço de toda a situação que houve até esse dia, com o andamento, com



conhecimento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Relativamente ao senhor Presidente Francisco Oliveira, corroboro da mesma situação quanto à questão do tribunal da ligação entre o IC1 e a E395, junto ao parque de campismo, tive uma reunião com as Infraestruturas de Portugal onde me transmitiram o que o senhor Presidente transmitiu, precisamente essa problemática e essa dificuldade."-----

Presidente da Assembleia: "Queria só deixar uma nota ao deputado Domingos Coelho, relativamente à proposta que fez, sobre a data do vinte e cinco de abril, para que eventualmente essa situação possa ser deliberada, deverá apresentar uma proposta para depois ser inserida na ordem de trabalhos, e ser discutida nesta Assembleia e votada em conformidade." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao seguinte ponto.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 14-03-2022;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carlos Vieira, Carlos Gabriel e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram.-----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2021 do Estatuto do Direito de Oposição; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Na leitura deste documento, por acaso este documento não está sequer paginado, são três folhas, que é o relatório do direito de oposição de dois mil e vinte e um e depois no final da alínea b) diz "há que referir que os vereadores não permanentes fazem parte do órfão executivo apresentaram propostas em reuniões daquele órgão." Mas não há qualquer referência à Assembleia, nós aqui temos feito pedidos de informação e propostas, julgo que em Assembleia anterior, isto é do ano dois mil e vinte e um, provavelmente devem ter surgido pedidos de informação, propostas. Ou seja, a Assembleia é completamente omissa neste relatório, penso que trabalhamos, penso que merecia aqui uma referência, exatamente como se faz aos vereadores não permanentes, penso que também deveria de aparecer aqui o trabalho e todas as questões que se levantam aqui durante as reuniões da Assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "Se isso é uma proposta terá de ser votada e deliberada em Assembleia." -----

Domingos Coelho: "Parece-me que o espírito do documento é a própria Câmara que faz o relatório, portanto não somos nós que o fazemos. A Câmara faz o relatório e assume-o como seu depois de passar por aqui. Penso que será mais uma sugestão para que o relatório seja reformulado por parte dos serviços a incluir a atividade da Assembleia. Penso que este é o espírito da lei. Ainda que eu possa discordar deste espírito, porque às tantas parece que a Câmara está a ser juiz em casa própria, mas julgo que o espírito da lei é esse. É a Câmara que faz o relatório e submete à vereação e depois à Assembleia, portanto o que eu faço é uma sugestão para que seja acrescentado aqui algo sobre o trabalho da Assembleia." -----

Carlos Quintino: "Corroboro daquilo que é a indicação do deputado Domingos Coelho, acho que o trabalho deste órgão tem que vir plasmado neste relatório e tenho a certeza que a bancada do PSD pode acolher se for o formato de sugestão."-----

Presidente da Assembleia: "Seria então uma proposta de recomendação ao senhor presidente e executivo para fazerem incluir essas alterações? Se quiserem podem fazer uma proposta escrita no sentido da inclusão de alguma referência ou deixar ao executivo a inclusão dessa referência para depois o documento ser analisado. É que este documento depois de aprovado será publicado no Boletim Municipal. É um documento que será do conhecimento da população. Gostaria de ouvir o senhor Presidente, uma vez que há esta proposta de recomendação."-----



Presidente da Câmara: "Acho que é perfeitamente legitimo, tem de ser conjugado com o que está escrito na lei e obviamente que, se não houver nada em contrário, no próximo evidentemente que estará devidamente contemplada as questões que foram levantadas quer pelo deputado Domingos Coelho quer pelo deputado Carlos Quintino. Está aceite como uma sugestão e recomendação."-----

Presidente da Assembleia: "Assim sendo, iria colocar a votação a proposta de recomendação para que este relatório seja alterado em conformidade com a alteração das matérias apresentadas pela oposição da Assembleia Municipal."-----

Carlos Quintino: "Eu entendi que seria para o futuro, aquilo que eu entendi da recomendação e que acompanhei juntamente com a bancada do PSD é que haja esse formato no futuro. Estou esclarecido, eu pensei que era no futuro mas é atual."-----

Leonardo Paço: "Boa noite, penso que a nossa proposta é para ser levada a cabo já, porque não faz sentido ser de outra forma, embora eu também tenha entendido das palavras do Presidente da Câmara que o faria num próximo relatório e não neste. Acho que devíamos votar se é para incluir neste ou não."-----

Presidente da Assembleia: "Irei reformular a proposta, se estiver incorreto corrija-me, será uma proposta de recomendação para incluir neste relatório da oposição de dois mil e vinte e um a indicação das intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta de recomendação a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00)-----

Abstenções: zero (00)-----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Penso que os senhores deputados receberam já há algum tempo, mais um parecer da ANAM, relativamente a esta matéria. O que aconteceu foi que aquando da discussão do regimento detetou-se que a legislação não estava devidamente atualizada e por via das dúvidas ficou no regimento uma referência genérica, no artigo quarenta e um que diz "existe responsabilidade funcional da Assembleia Municipal resultante de atos ilícitos culposamente praticados e pessoal, dos seus membros resultante de atos dolosos, nos termos da legislação em vigor, referente aos representantes de órgãos autárquicos." O que acontece é que, no anterior regimento a legislação referia-se aos artigos noventa e seis e noventa e sete da lei vinte e nove de oitenta e sete de trinta do sete, essa lei foi revogada e estes dois artigos foram revogados. Assim solicitei à ANAM um parecer e a ANAM vem dizer que na verdade esta lei foi revogada pela lei sessenta e sete de dois mil e sete, de trinta e um do doze, e deu indicação que neste momento estão em vigor os artigos sétimo e oitavo desta mesma lei. Portanto, a proposta de redação que proponho é a seguinte: "existe responsabilidade funcional da Assembleia Municipal resultante de atos ilícitos culposamente praticados e pessoal, dos seus membros resultante de atos dolosos, nos termos dos artigos sétimo e oitavo da lei sessenta e sete de dois mil e sete de trinta e um do doze", no fundo é só especificar aquilo que já lá estava, mas não estava de forma correta porque os artigos noventa e seis e noventa e sete tinham sido revogados. Trata-se de uma questão menor, de cariz técnico que é no fundo atualizar o regimento em conformidade."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente



da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Discussão e deliberação da votação referente ao ponto n.º8 da Ordem do Dia da sessão extraordinária de 14-03-2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Este é um assunto que mereceu alguma polémica e colocou-se algumas dúvidas relativamente a estas questões. Estamos num órgão autárquico, que é regido por legislação específica. O que aconteceu foi que quando se votou este ponto 8, que atribuiu o estatuto de utilidade municipal à Federação Portuguesa de Futebol, o mesmo foi votado por unanimidade e acontece que uma das senhoras deputadas é casada com o Presidente desta federação. Isto poderia levantar um problema muito mais complexo, que tem a ver com a possibilidade de haver aqui uma incompatibilidade ou um impedimento. Eu, tomando conhecimento do facto, alertado pelo Segundo Secretário após a reunião falei diretamente com os líderes das bancadas informando que surgiu esta questão e teríamos que a resolver porque é um assunto que diz respeito à Assembleia e a um membro desta Assembleia em particular. Mais uma vez, porque nestas coisas nada melhor que estarmos suportados por algum documento jurídico, pedi um parecer à ANAM e esse parecer chegou ontem e refere que no caso dos impedimentos a situação é diferente dos casos de incompatibilidades. Enquanto no caso da incompatibilidade à partida é julgada de forma absoluta, sendo praticamente impossível de ultrapassar, e qualquer deliberação tem de ser tomada pelo tribunal, portanto, só o tribunal pode tomar uma decisão sobre eventual perda de mandato ou qualquer outro tipo de sanção que esteja em causa. Porém, existe uma diferença entre o que incompatibilidade e impedimento. No caso concreto do impedimento, a situação é diferente porque aí é também analisado o dolo, entram as várias circunstâncias do caso concreto e nos termos do acórdão de vinte de dezembro de dois mil e sete do Supremo Tribunal de Administrativo, é referido e passo a ler, "Deste modo, e muito embora seja certo que a perda de mandato pode ser decretada sem que haja dolo na conduta do agente também o é que a aplicação dessa sanção só se encontra justificada quando "a atuação mereça um forte juízo de censura (culpa grave ou negligência grosseira), Na



verdade, atendendo à natureza sancionatória da medida de perda de mandato, à intrínseca gravidade desta medida, equivaie às penas disciplinares explosivas, com potencialidade destrutiva de uma carreira política, a que a conduta dos titulares de cargos políticos eletivos é periodicamente apreciada pelo universo dos respetivos eleitores, há que concluir que a aplicação de tal medida só se justifica a quem tendo sido eleito membro de um órgão de uma autarquia local, no exercício das respetivas funções «violou os deveres do cargo em termos tais que o seu funcionamento se tornou impossível» ". Esta é de facto a doutrina e a jurisprudência refere que para a aplicação de uma sanção esta violação teria de ser uma violação grave. Os senhores deputados tiveram acesso e conhecimento desta matéria, eu limitei-me a ler. A conclusão vem dizer isso, os impedimentos repostam-se à proibição absoluta de intervir num concreto procedimento, ato ou contrato, por existir uma forte probabilidade de parcialidade ou na impossibilidade de imparcialidade, portanto eles fazem referência e dão indicação de que (página cinco), "Considerando que a senhora deputada não agiu de tal forma, ainda que pelas razões invocadas, que se entendem, e que o impedimento é agora do conhecimento do senhor presidente da Mesa da Assembleia, é nosso parecer que, oportunamente, deverá tal ponto ser ratificado pela Assembleia Municipal, cumprindo-se, no demais a legislação supra invocada". Este é o teor do referido parecer e deixo à discussão da Assembleia, para se pronunciarem sobre esta questão."-----

Carlos Quintino: "Já tínhamos falado sobre este assunto, em conferência de líderes, enaltecer também a atitude do Presidente da Assembleia Municipal ter promovido a primeira reunião de conferência de líderes, que é algo que eu desde a primeira hora achei que era importante, não só para este tipo de assuntos, que poderão voltar a surgir, mas para todos os assuntos que se justifique haver um debate prévio. Na mesma forma que disse na conferência de líderes, a bancada do PSD/CDS esteve sempre, desde a primeira hora que o senhor Presidente me telefonou com o espírito de resolução pela positiva, é mantendo esse espírito, com mais certezas depois do parecer da ANAM que estamos abertos para resolver isso da melhor forma, sem prejuízo para a deputada municipal em questão." -----

Presidente da Assembleia: "Volto a referir a Assembleia Municipal não tem poder para destituir quem quer que seja. Esse poder é conferido ao tribunal mediante uma queixa e o tribunal decidirá. O que nós podemos fazer, e é proposto no parecer, é deliberar anular a deliberação que foi tomada no dia catorze de março de dois mil e vinte e dois



e hoje fazer uma nova votação sobre esta matéria, em que vamos solicitar à senhora deputada o favor de sair da sala e não cometer o mesmo erro.”-----

Carlos Vieira: “A bancada do MIPA não vê qualquer problema em resolver no cumprimento da lei e resolver da melhor maneira, portanto estamos abertos para que se repita essa votação.”-----

Estas coisas às vezes, os formalismos, quando não são cumpridos têm sanções complicadas, no caso em apreço e não defendendo a senhora deputada, mas são factos, muitos dos que entraram nesta Assembleia entraram de novo, desconheciam a lei, o desconhecimento da lei não aproveita, devo dizer, os juristas sabem que o facto de não conhecer a lei não aproveita a ninguém, ninguém pode invocar o desconhecimento da mesma, mas a verdade é que não havia esse entendimento, foi votado por unanimidade, não trazia qualquer tipo de vantagem ou desvantagem o voto ou não voto da senhora deputada. Se assim for, ficará deliberado primeiro a anulação da deliberação de catorze de março de dois mil e vinte e dois.” -----

A deputada Mónica Coimbra ausenta-se da sala. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a **anulação** da deliberação do ponto oito da sessão de 14-03-2022.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Mónica Coimbra. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

VOTAÇÃO DO PONTO 8 “Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme estabelece a alínea k) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta - FNFV - Federação Nacional de Futevólei - Estatuto de Utilidade Pública” DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14/03/2022: -----

Votos contra: zero (00) -----



Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Mónica Coimbra. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

A deputada Mónica Coimbra regressou à sala. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano 2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Do relatório do inventário do Património relativamente ao ano dois mil e vinte e um é evidente que desconhecemos ou estão omissos os bens transferidos para o município que provêm do programa Pólis. Gostaríamos de saber, qual é a razão dessa omissão? Segunda questão, da análise do inventário e das considerações sobre o mesmo, verificamos que efetivamente o município tem tido imensas dificuldades em valorizar os valores dos ativos, tangíveis e intangíveis, bem como os bens em estado de cedência. Perguntamos, estas dificuldades irão ser ultrapassadas? Porque até ao momento não o foram, e que medidas é que o executivo está a tomar para que seja efetivamente valorizado todo este património municipal no corrente ano de dois mil e vinte dois." -----

Luna Silva: "Apresentação dos valores patrimoniais referentes ao ano de dois mil e vinte e um, o ponto quatro com a epígrafe acordo de concessão de serviços concedente identifica o acordo de concessão enquanto concedente e os respetivos ativos de concessão que não estavam registados como ativos na entidade. Feita a leitura do ponto, foi apenas reconhecido o seguinte ativo de concessão: parque de estacionamento P6, de acordo com o contrato de concessão da exploração do parque de estacionamento P6, celebrado a um de junho de dois mil e doze, com a entidade círculo digital, sociedade anónima e com o prazo de vigência de trinta anos. Não querendo induzir em



erro, o CHEGA pergunta ao senhor Presidente se o crematório não foi resultado de um contrato de concessão? E se foi porque não foi reconhecido como um ativo de concessão? Ponto cinco, ativos fixos tangíveis, o último parágrafo refere o seguinte, nesta família de ativos, nos bens de domínio público e edifícios de outras construções, o município é proprietário de alguns desses bens, sem valor inicial registado aos quais ainda não foi possível atribuir o valor patrimonial tributário, por não dispor da respetiva caderneta predial. Estes ativos são maioritariamente bens de domínio público e bens em direitos de superfície. Ora, o direito de superfície encontra-se consagrado no artigo mil quinhentos e vinte e quatro e seguintes do código civil, trata-se de um direito real concedido a outrem pelo proprietário a fim de forma perpétua ou temporária construir ou manter uma obra, ou de nele fazer ou manter plantações. Quando este direito é constituído pelo estado e pelas pessoas coletivas públicas fica sujeito a legislação especial, a lei de bases gerais de política pública dos solos, de ordenamento do território e de urbanismo. A lei número trinta e um barra dois mil e catorze de trinta de maio, ao qual passo a citar os seguintes artigos, artigo trinta, direito de superfície, o estado, as regiões autónomas e as autarquias locais podem constituir o direito de superfície sobre bens imóveis integrantes do seu domínio privado para a persecução da finalidade de política pública de solo nos termos da lei, Artigo setenta e seis, registo predial, inscrição matricial e cadastral, estão sujeitas ao registo predial, inscrição matricial bem como à inscrição no cadastro predial os factos que afetem direitos relativos a um determinado imóvel ou lhe imponham um ónus nos termos da lei. Senhor Presidente, a caderneta predial urbana é o documento de identificação de um imóvel, pode ser obtido no balcão da AT ou no site online da AT, colocando o NIF do proprietário e a respetiva password. Transcrevo de novo as palavras escritas, o município é proprietário de alguns desses bens, sem valor inicial registado, aos quais ainda não foi possível atribuir VPT por não dispor da respetiva caderneta predial. A pergunta que coloco é a seguinte, a Câmara não dispunha de caderneta predial à data da elaboração deste documento? Ou estamos a falar de imóveis que efetivamente não têm caderneta predial? É que se é o caso, levantam-se as seguintes dúvidas, os imóveis não têm caderneta predial porquê? Porque não estão avaliados? Porque se tratam de desanexações? Porque foi feita expropriação de utilidade pública? E Porquê que não foi entregue o modelo um do imposto municipal aquando da celebração do contrato de superfície? E número de descrição na



Conservatória do Registo Predial? Tem? Se tem o número da descrição, tem certidão permanente e tem artigo matricial, logo tem uma caderneta predial, assim, esta justificação não colhe com a omissão da valorização destes imóveis."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da deputada Carla Vieira, a questão do Programa Pólis, faço lembrar que o Programa Pólis ainda não está extinto, ainda continua por liquidar esta sociedade, ainda não está feita a escritura de distribuição do património. Dentro de pouco tempo estará, tem tido alguns entraves por via da Administração Central, mas pensamos que dentro de pouco tempo ficará resolvido e ficará ultrapassado. Relativamente à questão da avaliação do património vou deixar essa questão e as questões levantadas pela deputada Luna Silva, que são questões mais do ponto de vista jurídico, há situações que sendo mais antigas há este tipo de dificuldades de cadernetas e registos, de uma série de situações que até os próprios edifícios da Administração Central, com vários anos não estão registados, mas isso é uma situação que tem que se ir paulatinamente ajudar a resolver. Relativamente ao crematório, não é nenhuma concessão, é uma conceção construção e exploração, portanto é diferente do parque de estacionamento. O parque de estacionamento P6 relembro que foi concessionado por via da construção do P5, daí que houve esta negociação, para que pudesse vir a ser construído, porque a empresa que estava a construir o P5 faliu antes de começar a própria construção. Ei-de reunir com a Dra Carla Farinha para esclarecermos a Assembleia neste campo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Carla Vieira e Luna Silva. -----

Abstenções: treze (13) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Carlos Gabriel, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Mónica Coimbra apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----



PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2021, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Antes de colocar as questões ao senhor Presidente, tenho um breve enquadramento das questões relativamente ao relatório de contas do ano dois mil e vinte e um, entendemos que a forma como o executivo conduziu este processo do relatório de contas demonstra, mais uma vez, a incapacidade de organização e de prestar esclarecimentos a tempo e horas, de modo a que os membros da Assembleia, pelo menos os que representam Albufeira Prometida ficassem sem as dúvidas que foram efetivamente colocadas e, não obstante a sessão de esclarecimentos ocorrida na passada quarta-feira, a verdade é que todas as questões evocadas pela minha pessoa, não foram respondidas. E ficou efetivamente prometido pelo senhor Vice-Presidente que iria enviar uma resposta por escrito e até ao dia de hoje não foi rececionada. Relembro que o senhor Vereador Abel Zua, na última reunião de executivo não foi esclarecido igualmente às diversas questões à data indicada, tendo efetuado um pedido de esclarecimentos por escrito enumerando muitas questões, que também até à presente data não foram respondidas. Ou, as que foram não nos satisfazem de forma concreta. Relembro que, numa sessão de Assembleia foi mencionado por um membro que o votar não porque não, não era admissível, uma vez que colocava em causa o regular funcionamento da atividade da Câmara, no entanto consideramos que face à postura reiterada do executivo, conforme descrito, entendemos também que, o votar sim porque sim não é forma de corresponder às responsabilidades que cada um de nós jurou exercer neste mandato, dado que as dúvidas sobre a parte financeira do município são sempre muitas e nunca esclarecidas, por isso, a nossa consciência é que dita a nossa posição. Assim, tenho algumas questões a colocar, na página vinte e cinco do anexo às demonstrações financeiras, nomeadamente a nota nove, imparidade de ativos geradores de caixa e no quadro nove ponto um, verifica-se que o município já deixou prescrever o valor de cerca de cinco milhões trezentos e noventa e nove mil euros, de dívidas de fatura de água. Porquê que



isto aconteceu? E acontece sempre, o município não consegue recuperar estes valores, ano após ano? Qual é neste momento o valor das dívidas a receber e que se encontram em processo judicial para a sua cobrança? Quais as medidas que estão a ser tomadas para que isto não volte a acontecer no ano de dois mil e vinte e dois? Segunda questão, na trinta e três do anexo às demonstrações financeiras, em particular no quadro quinze ponto um e relativamente à previsão para fazer face a uma possível restituição dos valores da taxa de proteção civil, no montante total de dois milhões quatrocentos e cinquenta mil euros, gostaria de saber o ponto de situação em que se desenrola o processo, ou seja, se a devolução é automática ou se faz por meio de requerimento o consumidor ao município, ou será por via judicial? Será que o município não estará obrigado a devolver a taxa por ter sido a mesma considerada ilegal? Última questão, porquê que no espaço de cinco anos o valor de recolha de resíduos sólidos passou de cinco milhões quatrocentos e setenta mil euros em dois mil e dezassete, para sete milhões setecentos e setenta e oito mil euros em dois mil e vinte e um? Ou seja, um acréscimo de dois milhões e trezentos e cinco mil euros, que representa um aumento de cerca de quarenta e dois ponto doze por cento sem que se registre uma melhoria dos serviços."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, aquilo que nos apraz dizer sobre este ponto é a citação do revisor oficial de contas, contratado através de concurso público, entidade oficial e imparcial, que diz "face ao exposto somos do parecer que as demonstrações financeiras e orçamentais relativas ao exercício de dois mil e vinte e um e o relatório de execução financeira, bem como a proposta de aplicação dos resultados líquidos apurados estão de acordo com as disposições contabilísticas legais aplicáveis, pelo que depois de aprovados pelo órgão executivo poderão ser apreciados e aprovados pela Assembleia da Câmara Municipal", tenho dito."-----

Presidente da Câmara: "Vou responder a algumas questões, outras darei a pessoas técnicas para darem a resposta. Relativamente à incapacidade para responder às dúvidas, essa incapacidade terá de ser ultrapassada porque não é de bom-tom, não é de minha vontade manter as dúvidas que as pessoas colocam, independentemente de ser o local em que as colocam, vão passar a ser respondidas pelos serviços respetivos. Relativamente à questão do senhor Vereador Abel Zua, eu estava hospitalizado mas vi os pedidos que fez, estão a ser preparadas as respostas, ainda hoje falei com alguns serviços e dentro de poucos dias vai ter a resposta. Relativamente à questão da



prescrição da água, a Vereadora Cláudia há de ter esse assunto e peço ao senhor Presidente que ela explique minimamente a situação.”-----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Relativamente à questão das dívidas das águas, quando eu assumi o anterior mandato já trazia essa herança. Eu, efetivamente vou pedir aos serviços para fazerem um ponto da situação. Relativamente ao aumento que houve, foi muito pequenino comparativamente ao passado e tendo em conta que tivemos dois anos sem cortar água devido à pandemia e foram criadas condições, com planos de pagamento, com informação para as pessoas atualizarem as leituras dos contadores, foram criadas uma série de ações para os munícipes, para minimizar esse problema. E mesmo assim, tendo em conta os períodos que por lei fomos obrigados a não suspender o corte de água, mesmo assim os valores de aumento são muito baixinhos, comparativamente com o passado. Relativamente às questões que ficaram pendentes, do passado, vou falar novamente com os serviços, tem sido acautelado, têm sido feitos alguns planos relativamente ao passado. Aliás já vinha assim do anterior mandato, da Dra. Ana Vidigal por exemplo, em que se cortava a água, em que se tomava medidas para esta questão não aumentar ao longo dos tempos. Relativamente ao passado vou pedir ao engenheiro Batalha e à engenheira Ana Paula para fazerem um apuramento sobre essas dívidas que existem do passado.”-----

Vice-Presidente: “Boa noite a todos, dizer apenas relativamente àquilo que foi a intervenção da senhora deputada Carla, relativamente às questões que foram colocadas em sede de executivo e depois também na reunião preparatória, compreenderá e na altura tive oportunidade de explicar, que todas as questões que tinham sido formuladas pelo senhor Abel Zua estavam a ser tratadas pelos serviços. Ocorre que, os nossos serviços financeiros têm até hoje para enviar um relatório para o Tribunal de Contas, portanto estavam assoberbados com o trabalho e com as vinte e tal questões que o senhor Abel Zua colocou e bem, legitimamente, portanto as questões, tal como o senhor Presidente referiu estão a ser tratadas. As questões que me foram colocadas pelos senhores deputados em sede de reunião preparatória, na última quarta-feira, também foram todas anotadas pelos nossos serviços financeiros e em breve terão a resposta devida, como é apanágio do executivo e da conduta que nos tem pautado neste mandato.”-----

Presidente da Câmara: “Queria completar então, é um facto, as questões são muitas, evidentemente que terá de haver um cuidado na clarificação a todos os membros da



Assembleia, tudo é legítimo de se colocar, ninguém nasce ensinado, as pessoas são novas, precisam de ter informação mais clara e mais objetiva e eventualmente mais transparente, não ponho nada disso em dúvida. Relativamente à taxa de proteção civil, não foi verdade que fosse considerada ilegal, entendi no mandato atrás fazer a suspensão da taxa, uma vez que poderia se colocar essa dúvida e aí através do tribunal teria de haver uma devolução e penso nas notícias que tenho lido ao longo do tempo, que era o tribunal que sentenciava a devolução da taxa indevidamente recebida, se era indevida, porque faço lembrar, que o regulamento da taxa de proteção civil não é igual em todo o lado, há situações em que é completamente diferente, há situações em que é ilegal, há outras que eventualmente não será ilegal, mas em termos de prudência foi suspensa a taxa de proteção civil no concelho de Albufeira. Evidentemente que a taxa de proteção civil tinha um destino, e todos sabiam qual era o destino, mas esse destino não tendo a taxa de proteção civil é de outra coisa qualquer porque teremos de continuar a apoiar, com certeza que enquanto depender de mim apoiaremos sempre aquilo que nos é muito querido e muito necessário e imprescindível que é a corporação de bombeiros. Relativamente à questão do aumento dos resíduos, independentemente dos contratos serem diferentes, porque fazemos contratos de dois em dois meses ajuste diretos, a situação do tribunal está resolvida, finalmente, ao fim de dois anos e qualquer coisa, estamos em condições de partir para a assinatura do contrato, desde que a documentação do prestador de serviços seja entregue e haja condições para levar a reunião de Câmara a aprovação do proposta do contrato, partir desse momento estamos em condições de mandar para o tribunal de contas para ser visado e para então termos um potencial de equipamentos e de formas de serviço. Vai demorar ainda alguns meses, para além do visto, o prestador de serviços terá que municiar-se de todo o equipamento que fala no caderno de encargos, para que possamos ter uma limpeza conforme ansiamos e desejamos. Estamos a trabalhar no sentido da modernidade, acompanhando questões mais modernas, tendo em conta as alterações climáticas, tendo em conta a separação dos lixos, a poupança de dinheiros que pode ser um facto, quanto mais separarmos mais barato fica ao município, menos custos fica para o município, porque os lixos separados são da responsabilidade da Algar e a Algar recolhe sem cobrar e os lixos não separados são da responsabilidade da Câmara. Para terminar, há esses custos inerentes quer das energias quer da reparação das viaturas



que já são bastante velhas, mas posso precisar mais e enviar depois a informação mais condigna e mais condigna para esse efeito."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: quatro (04) Mónica Coimbra, Carla Vieira e Luna Silva e Leonardo Paço. -

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Carlos Gabriel, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Carlos Vieira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Mónica Coimbra apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Foi atingido o limite das vinte e quatro horas, pelo que o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a continuidade dos trabalhos, a qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Luna Silva apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea q) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de desvio de caminho público - Malhão; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Iria solicitar a intervenção do senhor deputado Carlos Quintino, na sua qualidade de engenheiro, que esteve connosco nesta comissão aquando da visita ao local para apresentar a proposta para discussão votação."-----

Carlos Quintino: "Esta comissão reunida in loco com os técnicos da rede viária do município chegou à conclusão que aquilo que o requerente vem solicitar é exequível e concorda, mantendo o parecer técnico e acrescentado três pontos, um deles o novo caminho deve dispor de rede de iluminação pública, segundo, o novo caminho deve dispor de rede que permita ligar pelo menos um hidrante e o terceiro ponto, este novo



caminho deve ter uma pavimentação no sistema de semipenetração. Nestas condições, entendeu a comissão, que desde já elogia o trabalho que desempenhou, que este ponto pode ser aceite por esta Assembleia.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à Alteração do Plano Diretor Municipal de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “no âmbito da alteração pontual do PDM, que tem a ver com o espaço da Faceal, gostava de chamar a atenção, alguns alertas, nas diferentes entidades que foram por lei ouvidas, entre as quais queira destacar a comissão de coordenação CCDR Algarve. Na página cinco de oito, a divisão de planeamento e reabilitação urbana passo a fazer a leitura: “Refere a CCDR Algarve no ponto três ponto três do parecer que no pressuposto que instalação admitida na presente alteração ocorrerá em edificações existentes, será da exclusiva responsabilidade da Câmara avaliar se uma pretensão como a mencionada no relatório da presente alteração, projeto estruturante especializado na área da indústria logística materiais sustentabilidade e segurança, tem enquadramento no plano Diretor Municipal de Albufeira, após a aprovação da presente alteração”, ou seja, parece que a própria CCDR levanta aqui uma questão, que



é alguma contradição, alguma incompatibilidade entre o urbano que diz respeito à escola e por outro lado, a possibilidade de uma opção relativa à indústria, à logística e aos serviços e aos materiais. Portanto, a questão é se a Câmara e os respetivos serviços tiveram em conta estes alertas e estas ponderações que estes serviços colocaram. Depois remeto para o final dessa página, refere no ponto dois ponto seis que, "a pretensão de levar a efeito a reconversão ambiental e paisagística das áreas onde decorreu a atividade extrativa deve ser devidamente consignada barra enquadrada numa alteração ao plano ambiental de recuperação paisagística." A minha questão é, se na primeira citação se os serviços e a Câmara acautelaram, acomodaram as ressalvas aqui colocadas e na última citação a questão é se está previsto, se está em execução, se está em estudo o tal plano ambiental de recuperação paisagística para aquela zona?"-----

Carlos Quintino: "Entende a bancada do PSD/CDS que, embora esta seja pontual, iremos nos próximos anos, se tudo correr de acordo com o calendário, irão passar por esta Assembleia uma série de questões relacionadas com o PDM e a isso o faseamento da sua revisão o obriga, nesse sentido, quer a bancada do PSD/CDS tomar uma iniciativa parlamentar que se prende com aquilo que é proposta da constituição de uma comissão de acompanhamento da revisão do PDM de Albufeira."-----

Carlos Quintino apresentou e leu documento. (doc. n.º 6 anexo a esta ata). -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a esta questão, trata-se de matéria para ser discutida num ponto da ordem de trabalhos que não estava incluído nesta Assembleia, portanto solicitaria à bancada do PSD/CDS que nos fizesse chegar essa proposta que incluiríamos na próxima Assembleia Municipal. Não estando incluída é natural que os grupos parlamentares queiram analisa-la e tomar a posição que entenderem."-----

Presidente da Câmara: "Não sei se o arquiteto Eduardo está na sala, se estiver pode esclarecer esse primeiro ponto, no entanto em termos de arranjo paisagístico terá que haver um arranjo paisagístico enquadrando o projeto que se vai levar a efeito. Evidentemente que o total do próprio terreno da Faceal terá de ser noutra âmbito e não neste âmbito. Este assunto vem aqui para permitir que o projeto vá para a frente, é mais um daqueles entraves que não estava visto e que detetei há uns tempos atrás."--

Arquiteto Eduardo Viegas: "Boa noite, sobre a primeira questão, prende-se com os usos previstos para o empreendimento. A ressalva que a CCDR coloca tem a ver com



isso, a compatibilidade com o PDM tem a ver com o uso que vem efetivamente a ser previsto para a estrutura que venha a ser proposta para o local. Quanto á questão do plano de recuperação paisagístico e todos os procedimentos subsequentes, eles são todos eles posteriores e em fases seguintes após esta alteração da revisão do PDM. A classe de espaço que está previsto para aquele local, desde o PDM em noventa e cinco, é uma zona de extração de inertes e o PDM não previa usos futuros caso essa alteração cessasse e foram esses elementos que foram agora aditados ao regulamento e esses novos usos têm essas condições para a sua implementação.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal “Centro de Formação e Escola Profissional para o Sector Marítimo e Portuário”, na antiga fábrica da FACEAL; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Relativamente a este ponto, a deputada Carla Madeira já levantou algumas questões, eu iria um pouco mais atrás, ou seja, em dois mil e nove, quando a Faceal foi à falência houve ali um problema, houve um corte de energia e o bairro dos operários que trabalhavam na fábrica ficaram sem energia, e por essa razão na altura decidi adquirir aquele espaço. Na altura por um valor de três virgula cinco milhões de euros. Entretanto, quando chegou a crise, a Câmara que inicialmente tinha feito um certo adiantamento, não cumpriu o que estava previsto, depois ficou uma situação de



impasse até que depois o executivo, mais à frente, acabou por, mediante uma nova avaliação adquirir todo aquele espaço por cerca de dois milhões de euros. A questão é que até hoje e tanto quanto sei nas anteriores Assembleias nunca houve uma explicação deste projeto. Este projeto tem algumas dúvidas, é um pouco polémico, por outro lado é um projeto, como já alguém disse, estratégico, a freguesia de Paderne precisa, de facto de uma estrutura que promova o desenvolvimento económico, mas penso que a Assembleia merece uma explicação, por quem de direito e com toda a informação, para que possamos decidir aqui, em consciência com a informação e que eventualmente até possamos aprovar e a própria Assembleia ajudar a pressionar para que depois o projeto ande de uma forma célere. Terminando este enquadramento, a bancada do PS propõe que seja retirado este ponto e que, como disse, quem de direito possa agendar tão rápido quanto possível a apresentação deste projeto à Assembleia. Penso que é uma questão de afirmação da própria Assembleia." -----

Presidente da Câmara: "Não ponho isso em causa e se calhar foi um lapso e se calhar foi por minha culpa não ter trazido a direção da Martrain a apresentar o projeto tal e qual como já apresentou aos vereadores da Câmara, foi sem qualquer intenção, mas independentemente da importância que possa ter, mas dada a situação em que está, em termos de prazos dos fundos europeus, que isto ainda é do Portugal vinte vinte, se isto não avançar pode vir a meter em causa, não estou a tecer nenhuma vingança de nada, nem a meter medo a coisa nenhuma. Só quero é que se pense que isto pode vir a meter em perigo algum avanço mais rápido do processo, no entanto posso dizer que a qualquer momento a direção da associação estará na disposição de vir numa reunião informal apresentar a todos os membros da Assembleia Municipal, independentemente de uma coisa ou outra. Só queria chamar a atenção disto, dado todo o esforço e todo o trabalho à volta disto, evidentemente que é um terreno que tem dois grandes problemas, o problema do bairro e o problema da grande cratera que está lá e que merece ter ali um acompanhamento completamente diferente à parte desta situação."-

Adriano Ferrão: Boa noite a todos, au fui surpreendido por este pedido de anulação do ponto, que será posto como proposta, e estou a pensar que por um lado há uma vantagem, se há aqui pessoas que não estão esclarecidas sobre este processo deveriam ter sido realmente esclarecidas, talvez previamente, por isso vejo a boa intenção que existe nesta proposta. Por outro lado, temo também, dado que há fundos europeus envolvidos, há todo um investimento, e isto já é um processo altamente moroso, e



porque penso que todos os albufeirenses e em particular os padernenses quererão ver aquele espaço ocupado condignamente e dando-lhe uma funcionalidade que a todos vai favorecer com certeza e que é realmente estratégico. Eu queria trazer aqui a minha grande satisfação, penso que é uma satisfação coletiva que observamos mais este passo que é realmente importante dado pelo executivo camarário no sentido de aproveitamento daquele espaço da antiga Faceal, na freguesia de Paderne. Pretende-se ali criar um centro de formação e escola profissional para o sector marítimo e portuário, um polo que incluirá um simulador aquático e que conta com as parcerias técnico-científicas das Universidades do Algarve, Évora e Sevilha, tornando-se assim num projeto internacional. As vantagens são muitas e em várias vertentes, até seria exaustivo estar aqui agora a enumerar, mas socialmente fará crescer demograficamente a freguesia e diversificará as funções laborais. Economicamente criará emprego, aumentará a procura e modernizará todas as estruturas não só dali mas também com réplicas no próprio concelho. Algumas destas estruturas degradadas serão agora rejuvenescidas, restauradas, como o atual espaço da Faceal, e lembro-me que este projeto só ocupa quatro hectares dos quarenta hectares, algo que tem a vasta área onde estava o espaço extrativo. Tendo o processo sido iniciado em dois mil e quinze, com um protocolo entre a Câmara e a Martrain, em dois mil e dezoito foi feita a escritura, de lá para cá o processo atrasou-se devido a fatores vários, externos também, o Covid, e agora por mão deste executivo ganha novo folego com os procedimentos de ajustamento do PDA na sua alteração proposta para aquele espaço. Dado que os requisitos impostos para o regulamento do PDM poderão deixar de ser limitativos se o projeto em causa for aqui reconhecido como de interesse público, cabe a esta Assembleia contribuir para o progresso do município e da freguesia em causa e reconhecer o interesse público do projeto, com a maior brevidade, porque é assim que esta Assembleia pode ajudar a evoluir. Era isto que queria dizer e sensibilizar esta Assembleia."-----

Carlos Mendes: "Boa noite a todos, eu vou ser mais prático, não venho para aqui com palavras de mil e quinhentos escudos, venho para aqui com factos e a realidade. Não vamos aproveitar os prazos que há do projeto vinte vinte, isto já tem uns cinco ou seis anos de andar para trás e para a frente e nós não vamos aproveitar esta oportunidade que temos que é excelente. Eu, estou a falar como padernense e como deputado municipal, se Paderne já tem uma coisa que não há lá nada, se temos a oportunidade de



termos lá alguma coisa, não compreendo porquê que estão a anular ou querer anular isto. Eu compreendo é que nós agora votávamos favorável, para que isto se despachasse porque tem os prazos e depois vinham aqui os técnicos nos mostrar o que é as coisas. Não compreendo, sinceramente não compreendo porquê estão a dificultar isto, vindo de um padernense, com a idade que tem, não compreendo.”-----

Domingos Coelho: “Lições de mais ou menos padernenses, eu não entro por aí. A questão que se coloca pode ser rapidamente ultrapassada, ou seja, numa semana como disse o senhor Presidente, a cooperativa está disponível para vir aqui apresentar. Numa semana faz-se essa reunião e depois convoca-se uma reunião extraordinária. Não estamos aqui a criar problemas ou a não querer resolver a situação. Nós estamos a querer ser esclarecidos para resolver a situação. Julgo que não é por uma semana que os prazos estão apertados. A questão é, um projeto daqueles com os entraves que já houve e as dúvidas que já houve, penso que uma Assembleia precisa, no mínimo ser esclarecida e para votar em consciência. Se podemos reunir rapidamente, porquê que não se faz isso?”-----

Carlos Gabriel: “Nós estamos a discutir o interesse público do projeto, não estamos a discutir o projeto, estamos a discutir o interesse público do projeto, seja ele pequeno, grande, tem quatro hectares, portanto é de todo o interesse que ele seja realizado. Nós hoje estamos aqui a discutir o interesse público do projeto, portanto, vamos aprova-lo ou não. A apresentação do projeto será feita, conforme disse o senhor Presidente da Câmara, posteriormente numa reunião a realizar. Porquê estarmos a perder tempo com isto?”-----

Carlos Quintino: “Na prática soube sempre aquilo que é os deputados municipais, onde eu me incluo, estarem completamente esclarecidos sobre o que quer que seja que aqui é apresentado nesta casa, mas também entendo que o que estamos aqui a discutir é o interesse público do projeto e sobre isso acho que ninguém tem dúvidas, que é de interesse público. Parece-me a mim que poderíamos chegar aqui a um meio-termo, poderia vir de um compromisso no sentido da empresa cá vir o mais breve possível, para a semana, deliberarmos sobre o ponto e não termos de o retirar mediante esse compromisso da empresa cá vir brevemente a apresentar o projeto. Estou a tentar conciliar algumas vontades.”-----



Leonardo Paço: "Os dois anteriores intervenientes, na minha ótica disseram tudo, estamos a discutir o interesse público do projeto, mas para isso precisamos de conhecer o projeto. É tão simples quanto isto."-----

Presidente da Assembleia: "Há uma proposta para ser retirado o ponto. Posso adiantar que irei marcar uma nova Assembleia até quinze de maio, porque tenho outros pontos a agendar, podendo este assunto ser incluído nessa Assembleia."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: doze (12) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Carlos Gabriel, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de freguesia de Paderne. -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Votos a favor: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Leonardo Paço, Silvia Dias, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta de retirada do ponto foi reprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO DO PONTO: -----

Votos contra: dois (02) Leonardo Paço e Carla Madeira. -----

Abstenções: dez (10) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Carlos Gabriel, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Câmara: "Caso entendam e penso que isso é útil, que a Assembleia tenha conhecimento daquilo que está a previsto, posso fazer com que a direção da Martrain um dia a combinar apresente o projeto aqui na Assembleia."-----

Presidente da Assembleia: "Acho que ficou na mente de todos nós que essa seria uma das condições e vejo pelo sentimento das pessoas que estão na sala, que estarão de acordo. Assim seria conveniente, o mais rapidamente possível podermos ter uma sessão de informação sobre o projeto. Senhor Presidente, logo que tenha possibilidade, a Assembleia agradece."-----



Carla Madeira: "Queria deixar esclarecido que não tenho nada contra este projeto, nem a Martrain, a questão é que eu não conheço o projeto, a questão é que, por mais tentativas que eu tenha feito de perceber o que se passa ali, não consegui. Isto era uma questão de uma semana ou duas e não será por isso que se ia esgotar prazos, penso eu, e se é, é porque se calhar andamos aqui a dormir. De forma que o meu voto contra e que não vai de acordo com o que a bancada votou é exatamente por não conhecer o projeto. Só"-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à emissão de Parecer Circunstanciado e Fundamentado para Aquisição do Estatuto de Utilidade Pública - PRAVI; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, do Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal à Instalação de Parque Fotovoltaico de Autoconsumo de Energia Solar no Parque Temático do Zoomarine; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Carla Viera: "À semelhança da questão da Faceal, também tenho algumas dúvidas relativamente à atribuição de utilidade pública municipal, face ao histórico descrito no pedido de reconhecimento por parte da empresa Mundo Aquático, de interesse municipal. A verdade é que agora a finalidade para a instalação do dito parque fotovoltaico parece-nos que se trata de uma questão controversa, na medida em que já lhe está reconhecido o interesse público municipal desde dois mil e sete e efetivamente, a parcela de terreno, onde pretendem instalar o dito parque fotovoltaico, insere-se numa zona de reserva agrícola nacional e que de acordo com o nosso PDM está inserido na categoria de zona de enquadramento rural e de uso agrícola. Temo que a aprovação e a declaração do interesse público municipal seja uma manobra para ultrapassar as condicionantes da classificação da mencionada parcela, perante as demais entidades."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Mónica Coimbra, Luna Silva, Leonardo Paço, Carla Vieira e André Lima. -----

Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Sílvia Dias, , Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo Final de Transferência de Competências no âmbito das áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

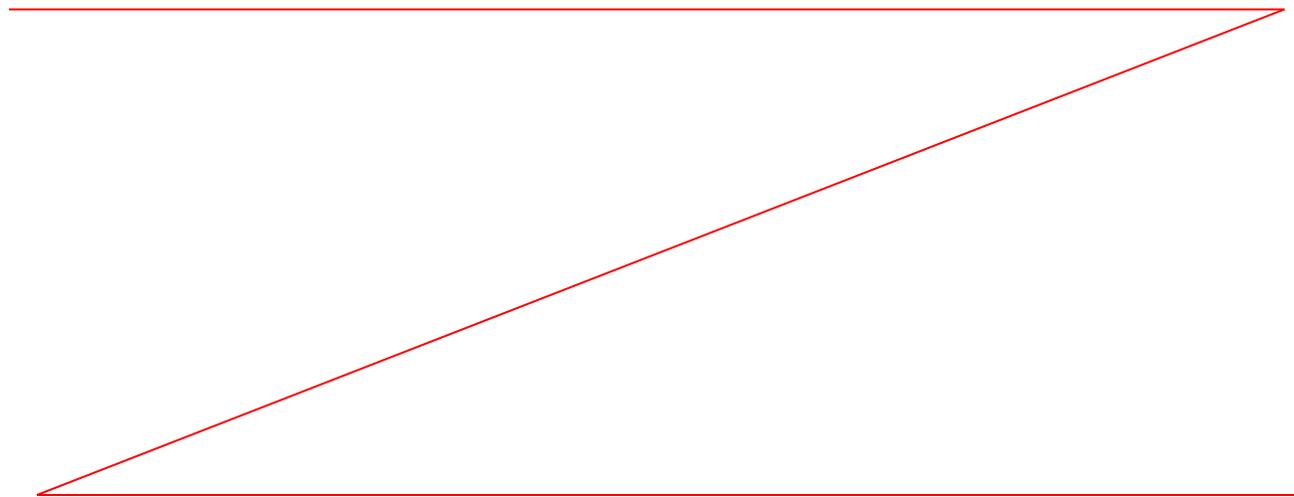
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----
Presidente da Assembleia: "A quem tiver possibilidade de tomar nota, vou deixar como prometi o meu email, fpoliveira@ps.parlamento.pt."-----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Abril de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





①



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

A bancada do Partido Socialista pede esclarecimentos ao executivo relativamente à taxa de execução do Acordo assinado com o Partido, no seguimento da negociação com vista à aprovação da primeira Revisão Orçamental, em reunião ocorrida a 14 de março de 2022.

Pede-se, ainda, que sejam elencadas as propostas em fase de execução, as propostas a concurso, bem como a justificação para aquelas que ainda não estão nas fases referidas.

Solicita-se que a resposta seja dada na próxima Assembleia Municipal, em data a definir.

A bancada do Partido Socialista
29 de abril de 2022

António
Silvestre
António
Carvalho

João
António
Silvestre
António

1



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Declaro em nome do executivo permanente da Câmara Municipal de Albufeira, comprometer e assegurar o cumprimento dos seguintes investimentos:

Freguesia de Albufeira e Olhos de Água:

A executar este ano civil:

- Concluir processo de reversão do Terreno da AHSa e dar início ao processo de construção aproveitando candidaturas ao PRR. – **Está em fase de negociação com a AHSa tendo havido reuniões para definir o modelo**
- Colocação de mais bancos com sombreamento em diversos pontos turísticos da freguesia. – **Pontualmente utilizando rubricas genéricas**
- Reparação da iluminação em falta em várias zonas da cidade de Albufeira, melhorando a segurança. – **Em tratamento com a E-Redes entidade responsável.**
- Requalificação da Rua Fernando Pessoa. Iniciar procedimento por fases – **Promover a preparação do projeto**

A realizar assim que haja cabimento:

- Subsídio de 500€ anuais para suportar as despesas com a habitação, durante 5 anos aos casais que venham a fixar residência nas áreas delimitadas pelas ARUs. Um conjunto de carências urbanísticas e demográficas levaram a Autarquia a aprovar a ARU do Centro Histórico de Albufeira e a ARU da Aldeia de Paderne. Considerando que para colmatar as insuficiências apontadas são necessários alguns incentivos aos casais que venham a fixar residência nas áreas delimitadas pelas ARUs. – Assunto a discutir quando da discussão da taxa de IMI para 2023.
- Cobertura do campo de jogos da Escola Básica de Olhos de Água, permitindo aos alunos sombras no verão e espaço coberto no inverno, para os recreios. – **Para apreciação no âmbito das GOP 2023-2027**

Freguesia de Ferreiras:

No sentido de ficar expresso nas GOP a intervenção em Ferreiras propomos a anulação das seguintes atividades prevista com orçamento definido:

02 013 – 2017/5133 – Transf. de verba destinada á requalificação do campo de tiro de Paderne – 163.902,00 Euros (existem outros investimentos a realizar em Paderne, podendo esta intervenção ser analisada para 2023) – Considerado na 6ª alteração às GOP e Orçamento 2022-2026

A executar este ano civil:

Repavimentações dos seguintes troços:

Requalificação Vale Paraíso rotunda de Ferreiras. – Encontra-se previsto nas GOP 2022-2026 com projeto já elaborado tendo ido já a concurso tendo o mesmo ficado deserto.



Colocar 133.902 euros, na atividade 02 013 -2018/132 – Regualificação estrada do Paraíso-Ferreiras como orçamento definido em 2022 – Considerado na 6ª Alteração às GOP e Orçamento 2022-2026

Requalificação do Mercado de Ferreira. Espaço interior e precisar de intervenção –

Acrescentar atividade 03 006 2022/61 – com 20.000 – Regualificação do mercado de Ferreira (já reforçado na vossa proposta mas sem referência ao mercado de Ferreira)-Definido em 2022 na 1ª revisão às GOP e Orçamento 2022-2026

Rua da Nora, de Ferreira até Vigia. – Para apreciação no âmbito das GOP 2023/2027 tendo-se já iniciado todo o processo das expropriações necessárias à execução da empreitada

Tendo em conta que o processo de expropriações vai fazer o arrastamento da intervenção nesta rua propomos, em alternativa para este ano:

Acrescentar atividade 03 006 2022/56 - 1 – com 30.000,00 euros – Pavimentação da travessa da Nora – com orçamento definido em 2022 - Considerado na 6ª Alteração às GOP e Orçamento 2022-2026

A realizar assim que haja cabimento

o Rua do Norte – Para melhor análise

- Parque de merendas em Fontainhas. Espaço de lazer e convívio para a população – Para melhor análise e negociar com a Junta de freguesia.
- Início do processo de alargamento do JI de Ferreira e da EB23 de Ferreira para retirar os contentores existentes, que prejudicam o trabalho dos alunos e professores. – Em tratamento

Freguesia de Guia

A executar este ano civil:

- Obras de requalificação da Creche “Tempos de Infância”, Reforço da verba, já cabimentada, de forma a evitar que o concurso volte a ficar deserto, atrasando a retirada dos contentores onde se encontram as crianças. (80 mil euros) – Empreitada prevista na proposta da 1ª Revisão às GOP 2022-2026 com o montante indicado pelos serviços técnicos (560.000 euros)
- Ampliação do Campo sintético do Guia FC. Reforço da verba já cabimentada, de forma a evitar que o concurso volte a ficar deserto prejudicando o clube e os munícipes. (64 mil euros) – Empreitada prevista na proposta da 1ª Revisão às GOP 2022-2026 com o montante indicado pelos serviços técnicos (435.000 euros)
- Criação da rotunda do cruzamento da estrada da Guia para a Galé, por razões de segurança e gestão do tráfego – Projeto executado por administração direta prevendo-se a sua execução por administração direta.

A realizar assim que haja cabimento

- Construção do Parque Infantil em Vale Parra. – Para melhor análise



Freguesia de Paderne

A executar este ano civil:

- Adaptação de uma nova sala de no JI de Paderne, requalificando a sala de prolongamento, criando um novo espaço no terraço. Pretende-se evitar que os munícipes sejam obrigados a procurar oferta noutros concelhos. – **A considerar no projeto de beneficiações e reparações, no âmbito dos estabelecimentos de ensino não superior, no âmbito das GOP 2022-2026**
- Intervenção num troço na estrada de Vale Loulé até ao limite do concelho, onde existem estreitamentos que põem em causa a segurança de pessoas e viaturas. – **Previsto na proposta da 1ª Revisão às GOP 2022-2026**

A realizar assim que haja cabimento:

- Pavimentação da estrada de acesso ao bairro no Sítio das Casinhas. Melhoria do acesso ao bairro, requalificando o estacionamento junto às escolas – **Para melhor análise no final das obras**

TODAS AS FREGUESIAS

- Negociação e aprovação dos contratos inter-administrativos até final de março. – Reunião a promover nos próximos dias. **No entanto existem valores já aprovados em sede de orçamento para 2022**

É fundamental cumprir os prazos previstos na lei

Albufeira, 10 de Março de 2022

Pelo Partido Socialista

Victor Oliveira Ferraz

Pela Coligação Ser Albufeira

José Carlos Martins Rolo



DECLARAÇÃO DE VOTO - PONTO 6

Da análise realizada pelas deputadas Mónica Coimbra e Carla Vieira, eleitas pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Albufeira Prometida, relativamente ao inventário do património Municipal respeitante ao ano de 2021, e do pedido de esclarecimento pedido ao executivo (Que não foram totalmente esclarecidos).

Verificamos que existem bens que não estão devidamente valorizados, e diversos ativos tangíveis e intangíveis cujo valor não foi possível apurar ou valorizar.

Continuamos a verificar que não foram devidamente acauteladas e debeladas as dificuldades sentidas na valorização dos ativos que advém do programa POLISAlbufeira, mesmo já tendo passado mais de uma década do acordo de partilha.

Verifica-se também que o Município ainda não foi capaz de valorizar os parques de estacionamento P5 e P6 e restantes ativos em cedência pelo valor de construção, mesmo sabendo que os mesmos já estão na sua posse e que, em princípio, os serviços têm acesso a informação financeira e contabilística da Sociedade POLISAlbufeira, uma vez que, por acordo entre as partes ficou com a totalidade dos direitos e obrigações da mesma.

Por outro lado, esperamos que este alerta sirva para que o executivo, faça o que lhe compete e interceda junto das diversas entidades competentes como a Autoridade Tributária e Aduaneira e Registo Predial para apurar os valores em falta e que, de uma vez por todas, promova a criação ou reabilitação da comissão de avaliação municipal constituída por uma equipa multidisciplinar que proceda a esse trabalho e que determine, em breve trecho, o verdadeiro valor do Património Municipal e dos bens do ativo fixo tangível e intangível que lhe pertence, aproveitando assim esta nova janela de oportunidade dada pelo SNC-AP para colocar o inventário do Município devidamente contabilizado e valorado.

Esta falta de contabilização e valorização de todo o património Municipal, tem consequências ao nível da tomada de decisão e das demonstrações financeiras, uma vez que o Município não conhece na totalidade o seu património e por outro lado, não sabe o valor do mesmo.

Pelas razões mencionadas não podemos dar voto favorável ao Inventário do Património relativamente ao ano 2021.



Assembleia Municipal de Albufeira, 29 de Abril de 2022

Ponto 7 da ordem do dia: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município, de 2021, incluindo a proposta de aplicação de resultados.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Após análise das contas relativas a 2021, constantes de documento extenso e complexo, para cuja auditoria dispusemos de um período de tempo reduzido, verificou-se que existem algumas despesas e apoios difíceis de entender e contratações externas menos claras.

Embora 2021 tenha sido um ano muito difícil devido à pandemia provocada pela COVID-19, os apoios e custos relativos a esta matéria, por si só, não nos parece que justifiquem uma tão elevada despesa.

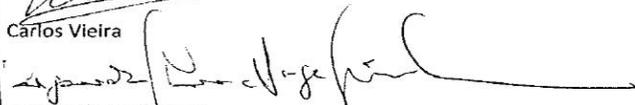
Alertamos ainda para a quebra de receita, que consideramos dever-se, essencialmente, à deficiente gestão camarária, quer a nível de recursos humanos, quer físicos, quer administrativos, em particular no que respeita à resposta tardia ou inexistente quanto à emissão de licenças e inerente cobrança das respetivas taxas.

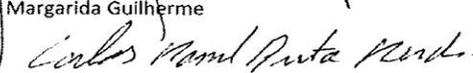
Tendo em conta que essas contas foram da responsabilidade do executivo anterior, e que o MIPA, como Movimento, só pertence a este órgão desde o final de 2021, não tendo tido, por isso, qualquer influência ou participação na execução do referido orçamento, os membros da Assembleia Municipal da bancada do MIPA **abstêm-se** na votação deste ponto da ordem de trabalhos.

Fica registado que o MIPA se mantém atento e que procurará intervir sempre que se justifique, no interesse de Albufeira e dos albufeirenses, procurando que as despesas, investimentos e apoios sejam sempre o mais claros e bem aplicados possível.

Os membros presentes,


Carlos Vieira


Margarida Guilherme


Carlos Mendes



DECLARAÇÃO DE VOTO- PONTO 7

A prestação de contas é um documento técnico que revela as opções do executivo num determinado período de tempo, quer a nível de investimento quer a nível do normal funcionamento da autarquia, dando uma fotografia do estado atual da situação financeira, da sua evolução e deixando bases para a previsão dos próximos anos tendo em conta a conjuntura financeira e económica vigente e das opções que têm vindo a ser tomadas.

Verifica-se, pela nossa análise, que a situação financeira do Município tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos com uma excessiva terciarização de serviços, com uma notória degradação da resposta dos serviços municipais e por um aumento contínuo e consistente das despesas com o pessoal, sem que as necessidades dos municípios e dos nossos visitantes sejam melhor respondidas ou acauteladas.

Verifica-se também que os indicadores financeiros demonstram uma deterioração da situação económica e financeira do Município que já vinha sendo revelada antes da pandemia.

Albufeira Prometida, tem vindo a chamar a atenção, desde o início deste mandato, para a excessiva contratação de serviços externos e pelo gradual e consistente aumento da despesa fixa corrente que advém dos problemas já identificados e revelados por nós: Suborçamentação, excessiva terceirização de serviços e aumento dos gastos com o pessoal sem que isso represente melhoria dos serviços prestados à população e a quem nos visita.

A pandemia não pode ser desculpa para tudo nem pode ser justificação para as más opções tomadas nos últimos anos.

Em 2021 os custos diretos e indiretos com a COVID-19 foram de 2.620.120,75€ conforme consta do Relatório de Gestão para o ano de 2021 (página 9), pelo que o seu impacto em 2021 foi muito menor que em 2020 e a receita municipal voltou praticamente aos níveis de 2019, ou seja, antes da pandemia.

Da análise ao mapa de fluxo de caixa verificamos que, como já vinha sido tendência desde 2018 que o valor dos pagamentos anuais foram superiores aos recebimentos anuais, sendo que em 2020 os pagamentos foram superiores aos recebimentos em cerca de 15 milhões de euros e, em 2021 os pagamentos foram superiores aos recebimentos em cerca de 20 milhões de euros, o que demonstra que o Município tem vindo a viver acima das suas possibilidades.

Isto provocará, como temos vindo a alertar, déficit orçamental e consequente aumento da dívida que terá de ser compensado de algum modo.



Verifica-se, através da análise do balanço e demonstração de resultados para o ano de 2021 e em comparação com 2020, que as despesas com o pessoal aumentaram cerca de 1 milhão de euros, que os fornecimentos e serviços externos aumentaram cerca 3,5 milhões de euros (mais do que no principal ano de COVID- 2020) tendo-se, ao mesmo tempo, verificado aumento considerável da receita, nomeadamente nos *impostos, contribuições e taxas* com um aumento relativamente a 2020 de cerca de 10 milhões de euros, das *vendas* com o acréscimo de 1 milhão de euros e da *prestação de serviços e concessões* com um aumento de cerca de 3 milhões de euros.

Os resultados operacionais em 2021 foram positivos em 8.480.998,09€ (cerca de 7,5 milhões a mais do que em 2020) mas que o resultado líquido do exercício foi negativo em 4.198.176,07€.

Na reunião realizada na passada quarta-feira para esclarecimento de dúvidas sobre a prestação de contas não foram esclarecidas as questões colocada pela Albufeira Prometida nem foram cumpridas as diretrizes que foram acordadas aquando da última revisão de haver informações e esclarecimentos por parte dos serviços e do executivo sempre que fossem discutidas matérias deste nível de complexidade.

Por outro lado, ainda não foram esclarecidas um conjunto de dúvidas colocadas pelo vereador Abel Zua e que eram de extrema importância para a nossa análise.

Realçamos também o facto de estas prestações de contas efetuadas sobre a égide do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) ter menos informação e detalhe do que as anteriores, o que faz com que os esclarecimentos dos serviços e do executivo sejam fundamentais para o seu entendimento e análise.

Deste modo, e de acordo com o referido anteriormente, não resta outra alternativa votar contra, uma vez que não vimos as nossas dúvidas serem esclarecidas de modo cabal, que esta prestação de contas confirma o que anteriormente referimos relativamente ao despesismo da autarquia e que não se verifica por parte deste executivo medidas de contenção, racionalização de custos, de maximização de recursos próprios, nomeadamente humanos, e de aproveitamento dos fundos comunitários.



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Venho pelo presente meio, e na qualidade de deputada do Partido CHEGA, remeter por escrito, Declaração de Voto, do Ponto 7 da Ordem do Dia, da Assembleia Municipal de Albufeira realizada no passado dia 29 de Abril de 2022.

Prestação de contas do Município de 2021

O CHEGA vem apresentar a sua declaração de voto, e explicar o seu voto CONTRA, pelos seguintes motivos:

- Primeiro, por não concordar com o discriminativo efetuado nas contas, rúbricas e valores que causam incertezas e discrepâncias, e porque a deputada do CHEGA não se encontrou devidamente esclarecida quanto aos mesmos;
- E segundo, porque o CHEGA defende uma boa gestão camarária. Tal promove-se, nomeadamente, numa auditoria externa das contas pela Câmara, feita por uma entidade, de forma isenta e transparente. Auditoria que até à presente data ainda não foi efetuada pelo Município.

Face ao exposto, o sentido de voto pelo Partido CHEGA, referente a este ponto 7 de Ordem do Dia, é CONTRA.

Sem outro assunto de momento, e com os melhores cumprimentos

A Deputada Municipal do Partido CHEGA

Luna Silva



Proposta da constituição de uma Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Albufeira

A alteração do PDM reveste-se de fulcral importância para o desenvolvimento estratégico futuro de todo o concelho de albufeira e para os seus municípios, trata-se de um documento técnico mas que deve ser elaborado com base em opções políticas, que deve contribuir para a reorganização do território e também para a futura prosperidade do município e dos seus municípios, e para a sua melhoria geral da qualidade de vida, devendo na sua elaboração se pautar por uma clara imparcialidade de análise.

A bancada do PSD/CDS entende assim, que as reais expectativas da população em relação a esta revisão do PDM, ficarão melhor representadas com a existência de uma Comissão de Acompanhamento proveniente desta Assembleia Municipal.

E propõe neste âmbito, a criação de uma Comissão de Acompanhamento do PDM, composta por um deputado municipal por bancada e um suplente, que terá como objectivo analisar a montante as propostas provenientes dos técnicos municipais e respectivo gabinete privado de análise sobre esta revisão, e acompanhar e fiscalizar a sua realização.

M. P. P. in
 C. L. J. H. A.
 R. M. A. J. A.
 B. A. S. I. D. A.